



9ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP

10 e 11 de fevereiro de 2011

Local: Salão Negro - Palácio da Justiça - Brasília, DF.

10 de fevereiro - MANHÃ

ABERTURA DOS TRABALHOS

Às 09:30 h, do dia 10 do mês de fevereiro do ano 2.011, no Salão Negro, edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF, no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o Conselho Nacional de Segurança Pública. Estiveram Presentes: Sob a Presidência do Cel. Agnaldo Augusto da Cruz, presidente em exercício, a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), os observadores Fred Harry Schaufert - Cel. PMSC - Presidente das Associações de Oficiais Militares do Estado de Santa Catarina e Diretor da Regional Sul da Feneme, Sinval Silveira Jr - Cap PMSC - Assessor Parlamentar da Feneme, Fábio Deboni e Fábio de Sá e Silva, pesquisadores do Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, José Roberto Bellintani do Instituto São Paulo Contra a Violência, Daniel Pitanguiera de Avelino, Gestor Público Governamental, Lívia Nascimento Félix do Programa de Transparência do Gabinete do Ministro e Alexandre da Polícia Civil do Distrito Federal. Que cumprimenta a todos e a todas, solicita que os conselheiros tomem assentos. Abre os trabalhos nos termos dos parágrafos 1º, 2º do artigo 3º e do parágrafo 4º do artigo 5º do Decreto 7.413 de 30 de dezembro de 2010 e nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional de Segurança Pública. Em seguida foi solicitadas a exibição de um vídeo da Secretaria da SENASP e Presidente do Conselho, Dra. Regina Miki, fazendo referência a seguinte reunião. Por problemas técnicos não foi possível à exibição do vídeo no momento, passando a palavra para a Secretária Executiva do Conasp, Dra. Suelen Sales que faz a leitura das Portarias de designações de Presidente, Vice Presidente e Secretária Executiva.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, inciso IV, parágrafo 2º do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Designar REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, para exercer o encargo de Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.

Art. 2º Designar AGNALDO AUGUSTO DA CRUZ, para exercer encargo de Vice Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições legais que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 7.413, de 30 de dezembro de 2010, bem como a Portaria 3.390, de 09 de outubro de 2009, resolve:

Art. 1º - Designar SUELEN DA SILVA SALES, Gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, como Secretária - Executiva do CONASP, em substituição a REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, Secretária Nacional de Segurança Pública.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em seguida o Presidente interino realizou a leitura da pauta da reunião para conhecimento, deliberação e aprovação por parte dos conselheiros, com os seguintes temas:

- Discussão e Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária;



- Discussão e Apresentação da Programação;
- Aprovação da Pauta;
- Apresentação das entidades pendentes (posse);
- Definição do calendário e local do exercício de 2011;
- Deliberação das resoluções das câmaras técnicas;
- Instituição da Comissão de Ética Permanente; e
- Informes dos Conselheiros e da Secretaria Executiva.

O Presidente interino apresenta a Plenária às propostas de pauta que foram encaminhadas a Secretaria Executiva pelos conselheiros. Que merecem uma discussão mais aprofundada e pede para que os conselheiros que as encaminharam apresentem um texto, sendo duas para a próxima reunião e as outras duas na reunião subsequente. Em razão de serem temas complexos merecem uma discussão mais qualificada do assunto em virtude da sua relevância. No entender da Secretaria Executiva e da Presidência merecem uma atenção maior pelo Conasp, um tempo maior, assim como uma preparação prévia dos conselheiros para que haja uma discussão de um texto apresentado por uma comissão a ser designada. Abrindo a possibilidade de relatores, que fariam a apresentação de um texto base, possibilitando uma discussão mais qualificada, e em um segundo momento que permaneça a pauta original, sendo a sugestão da Presidência e coloca em votação no primeiro momento. Após a leitura ocorreram manifestações dos conselheiros. **Conselheiro Tião Santos** concorda e acha importante, assim como sugere que esse procedimento de validação como princípio, de que todos os textos sugeridos e apresentados sejam colocados à plenária e sejam conseqüentemente aprovados pela Plenária e discutidos em reunião subsequente. O Presidente interino questiona aos conselheiros se há dúvidas sobre a proposta do Conselheiro Tião. **Conselheiro Gandra** antes de pronunciar o voto pede que seja esclarecida a proposta, justificando porque a proposta de discutir somente as propostas na próxima reunião, e não nesta reunião que foram encaminhadas através dos e-mails. **Conselheiro Tião**, esclarece que para o bom andamento das reuniões, com a possibilidade de explicitar o tema a ser discutido e vem à plenária para todos tenham conhecimento e pautado na reunião seguinte e mais eficaz e o resultado é mais produtivo do que colocar um tema no calor da plenária com a pauta já definida não sendo produtivo, e que certamente virão à pauta temas que foram aprovados na 1ª Conferência e que o Conselho deve estar preparado para a discussão. O Presidente interino lembra que conforme o Regimento que ao por o tema em votação não poderá haver manifestação dos conselheiros. **Conselheiro Marcos Dias** se preocupa porque alguns temas não são tão complexos assim, como no caso da apresentação de uma campanha, não sendo necessário ser um princípio fixo, podendo perder o momento, não sendo necessária deliberação. O Presidente interino relembra pontos do regimento que não precisam ser votados e todos os conselheiros podem encaminhar a Secretaria Executiva, mas há outros que necessitam de discussão e compreensão mais aprofundada, e que em temas mais complexo, assim como estes que foram apresentados e em sendo entendidos dessa forma e um conselheiro ficaria responsável em encaminhar aos demais sobre tema proposto, sendo a proposta do Conselheiro Tião. Em votação a proposta do Conselheiro Tião. Em regime de votação, a proposta foi aprovada pelo pleno. O Presidente interino questiona se já há indicação de um conselheiro ou de conselheiros para apresentação dos pontos de pautas, foi respondido que somente no final do dia, assim, passa-se à discussão e proposta de pauta dessa reunião. **Conselheiro Agadeilton** cumprimenta a todos com votos de boas vinda aos conselheiros que se assentam pela primeira vez e parabeniza a nova Secretária Executiva e nova composição da Presidência, desejando felicidade e sucesso nos novos encargos e missões. Lembra que na última reunião deliberativa, a 7ª Reunião Ordinária do Conasp foi aprovado e constituído grupo de trabalho sob a sua coordenação sobre a autonomia da perícia. Foram realizados diversos trabalhos de discussão via e-mails, sendo o único recurso disponível para o debate do grupo, e foi elaborada uma minuta de relatório, de parecer a ser apresentado a este conselho conforme missão dada pela plenária, porém em função das dificuldades das reuniões subsequentes esse trabalho não foi apresentado e o relatório parecer sequer foi concluído em função da necessidade nossa de alguns dados



para fundamentação do parecer. Pela nova composição do Conselho, que mesmo as instituições permanecendo no Conasp, alguns integrantes não fazem mais parte, e propõe como proposta de pauta como prioridade dessa reunião em virtude da urgência e dos trabalhos em andamento, a decisão de uma nova composição do grupo se necessário for, e um prazo para a conclusão dos trabalhos para o cumprimento com qualidade confiada ao grupo, inclusive os seus que seriam postas as disposições do grupo. O Presidente interino lembra que pelo Regimento toda proposta tem um prazo definido para serem encaminhados a Secretaria Executiva, e os quatro temas são exatamente nestes moldes que a proposta de pauta foi aberta à sugestão dos conselheiros, a Presidência entende que a proposta está intempestiva, mas lembra de que há a possibilidade regimental em questões urgentes, mais a proposta de pauta foi aprovada por todos conselheiros. **Conselheiro Benito Tiezzi** diz que não se opõe ao debate do tema e deve ser debatido, porém ao abrir exceção ao Regimento é trago uma dificuldade na condução dos trabalhos, embora o tema ser de grande relevância. **Conselheiro Agadeilton** diz não ter entendido de ser o assunto como pauta específica para discussão e deliberação do Conselho, pois já havia uma decisão desse conselho e a constituição do grupo e a incumbência de realizar os trabalhos e pode ser continuar sem qualquer deliberação desse Conselho, porque foram decididos na 7ª Reunião e que a dificuldade posta ao conhecimento desse Conselho é a composição anterior esta fragmentada e se não for de interesse desse Conselho não havendo problema e não é rediscutir, somente é necessária uma nova diretriz para este trabalho, uma orientação para continuidade dos trabalhos desse grupo, conforme deliberado não sendo proposta de pauta nos termos do Regimento. O Presidente interino reforça que o tema é de extrema relevância e não houve interrupção dos trabalhos e deve ser discutido, analisado e deve inserido na pauta oficial o Conselho e o que foi levantado foi somente à questão regimental. **Conselheiro Bridi** indaga se o **Conselheiro Agadeilton** apenas solicita que Conselho decida quem são os novos integrantes do neste grupo em virtude de substituição de Conselheiros e não para debater o tema e em sendo somente isto, o Conselho deveria dizer quem seriam os novos membros, pois as entidades já estavam indicadas, sem a necessidade de apresentação dos que já estavam. O Presidente interino diz que o momento não é esse, pois a discussão é da pauta e solicita que o mesmo aproveite os informes para encaminhar essa questão, oportunidade que será discutida a guisa de encaminhamento. Pergunta se há concordância da proposta e o **Conselheiro Agadeilton** diz que sim. **Conselheira Cynthia Luz** diz que o Conselho Agadeilton solicita é o encaminhamento para um tema que já há uma deliberação desse Conselho e tem que ser respeitado e não pode ser tratado com mero informe independentemente do conteúdo que ele tenha, e se tem dificuldade para se da continuidade a um trabalho que foi iniciado nada mais justo que a pauta tenha encaixe para o encaminhamento que supri as necessidades para dar continuidade aquele trabalho. Caso contrário, se começa a partir para um processo tanto quanto burocratizado, não podemos esquecer que o Conasp não nasce hoje, vem de relacionamento e vem de um acúmulo político muito grande, que não pode ser tratado como questão de informe. Sugere ao Conselho que se abra um ponto de pauta para o encaminhamento da questão. O Presidente relembra a dupla opção de se fazer à escolha entre encaminhar a questão, a necessidade de reformular a nova composição do GT e o **Conselheiro Benito** sugeriu o cumprimento do Regimento, não sendo ponto de pauta e a Conselheira Cynthia Luz apresenta uma nova proposta de inclusão de pauta. **Conselheira Cynthia Luz** ressalta que não deve ser um breve informe diz que é um ponto de encaminhamento que exige parar para discutir como será continuado esse trabalho já iniciado. **Conselheiro Marcos Dias** ressalta que é uma questão crucial importante de ter surgido nesta 1ª Reunião da nova composição do Conselho, porque os novos conselheiros estão diante de problema enfrentado pela gestão anterior que ficamos patinando às vezes sobre um assunto e está muito simples no Regimento, esse assunto não pode vir para discussão segundo o regimento na 1ª reunião. Se caso for acatado, a discussão nesta reunião, o Conselho estará descumprindo o Regimento apesar de ser a questão de relevância, porém sem discussão do mérito deve haver o mesmo encaminhamento das demais e desde já todas as comissões que foram anteriormente constituídas podem encaminhar o texto aos conselheiros por e-mail para que se possa inteirar sobre o assunto e discutir com maior propriedade o assunto. Não se opõe a discussão da questão, mas diz que ela precisava ser incluída antes do dia da reunião. Que também



está com o mesmo problema quanto à questão da comissão que discute aposentadoria dos policiais. Foi prejudicada pelo mesmo motivo levantado pelo Conselheiro Agadeilton, não sendo possível apresentação de um trabalho que já foi concluído devido à necessidade de criar novamente a comissão em virtude de algumas instituições não fazerem parte do Conselho e precisa se iniciar novamente. Que deve entrar na proposta da Presidência e insiste então em que se cumpra o regimento. O Presidente encaminha a seguinte questão: informe não é só referente a avisos, mas um espaço regimental para encaminhamentos dos assuntos de interesses dos conselheiros, contemplando também a proposta do conselheiro. Então apresenta duas questões: inclui essa questão na pauta ou mantém a pauta atual. Abre-se para votação do plenário que se opõe por 02 votos à manutenção da pauta atual e 21 votos favoráveis a pauta atual. O Presidente faz a leitura os pontos da Pauta com a seguinte aprovação: ficando consolidada a seguinte pauta. Procede a leitura de alguns pontos da ata da 7ª reunião. Lembra que a 8ª Reunião foi a de posse da nova gestão. Consulta o pleno sobre a condição de aprovação da Ata no momento ou se é preciso ler o texto e depois aprovar, visto que há muitos destaques em vermelho, consulta aos conselheiros sobre a possibilidade de entregar ao pleno a Ata impressa para leitura se for o caso, fazendo a apresentação em um segundo momento ou no segundo período de hoje ou amanhã no período matutino, solicita a mesa de apoio que demonstre a quantidade de destaques em vermelho, e diante das alterações pontuais coloca em regime de votação, três conselheiros pediram a ata para ler antes de aprovar. A grande maioria considera a leitura importante antes da aprovação, ficando a aprovação para o segundo dia. **Conselheiro Tião** pergunta se a ata foi encaminhada como de praxe para todos conselheiros anteriormente. O Presidente confirma e diz que a partir disso foi alterada não tendo sido encaminhado depois das propostas enviadas a Secretaria Executiva. Em seguida foi feita a apresentação da instituição do Viva Rio. **Conselheiro Tião** explica que o Viva Rio nasceu em 1993 com uma missão bastante generosa de combater violência e na construção de uma cultura de paz, e desde então optou-se por trabalhar três grandes temas, três eixos o Rio de Janeiro, a nível nacional e internacional: o primeiro eixo que foi trabalhado foi com as comunidades de baixa renda, comunidades pobres da cidade especificamente com os jovens vulneráveis socialmente e em volta dele as ações são maneira muito objetiva e efetivas. O segundo tema, uma missão histórica do Viva Rio se dirige às polícias tanto a civil quanto a militar do Rio de Janeiro, um trabalho desenvolvido há muitos anos, tanto no ponto de vista da qualificação, formação, do apoio e da reforma, enfim vários temas abordados no Rio de Janeiro e Brasil. O terceiro tema que o Viva Rio resolveu abraçar e já se transformou em política pública, graças a muito, é a questão do desarmamento, então hoje existe uma rede nacional que debate o desarmamento, uma política pública do governo brasileiro que debate o desarmamento. Sendo estes os três grandes temas e no decorrer da vida muito mais que se prender a esses temas objetivamente é trabalhar para que eles sejam de alguma forma modificados, para esse paradigma da questão da violência, da falta de uma cultura de paz, enfim do bem estar social seja de fato uma coisa que possa estar no nosso cotidiano. Por isso, além de trabalhar a nível nacional também trabalham em um projeto muito grande no Haiti desde 2004, na América Latina com um trabalho com as polícias e na África com um trabalho de desarmamento e no Brasil a última experiência é o trabalho de se preparar para a questão das grandes tragédias, aprendemos um pouco no Haiti com o furacão em 2005 e depois o terremoto no ano passado o que levou também está atuando no Brasil, e neste momento está com duas grandes bases, uma em Friburgo e outra em Teresópolis, onde houve a catástrofe das chuvas e agradece de público o apoio da guarda e a Força Nacional, o apoio do Exército brasileiro, o apoio de pessoas como a companheira Simone que lá esteve durante dezoito dias para a identificação de corpos e enquanto Conselho Nacional deve ser colocada em algum momento essa discussão do Brasil se preparar para enfrentar as tragédias, porque no Brasil não tem cultura de tragédia, mas quando acontecem percebemos o quanto estamos distantes e despreparados para dar prontas respostas as questões como as que estão sendo vivenciadas no Rio de Janeiro neste momento, então quer de algum momento e vai propor por escrito realizar uma discussão da capacidade do Brasil em dar prontas respostas a situação de catástrofes e tragédias como esta que estamos vivendo e encerra a fala com agradecimentos, passando a palavra ao Presidente interino Agnaldo Augusto que passa a palavra ao **Conselheiro Geraldo Wanderley** da Pastoral Carcerária – Cumprimenta a



todos e todos os companheiros, apresenta-se como coordenador da pastoral do Estado do Rio Grande do Norte. E a Pastoral Carcerária como o nome já bem sugere é um organismo da “CNBB” (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) pertencentes as Pastorais sociais que tem foco de atuação na prisão, com início de organização nacionalmente a partir da década de 80, 70, ressaltando que sempre que houve prisão houve gente visitando os prisioneiros como obra de caridade. A presença da Pastoral é uma presença de visitação quase que semanal, quinzenal, mensal as unidades em todo o país com a organização nacionalmente e há coordenadores nacionais, estaduais, diocesanos e paroquiais como se organiza a igreja e o objetivo básico é a presença humana e fraterna de Cristo e de sua igreja no mundo dos cárceres. E o mundo dos cárceres conforme se encontra e especialmente no Brasil, esse caos que hoje é muito mais risco para a sociedade do que proteção, do que segurança. E nas suas falas sempre diz quando prenderem uma quadrilha, essas quadrilhas de jovens que prendem, a sociedade se sintam mais inseguros, porque na verdade eles vão ficar um ano, dois anos, três anos e depois eles vão agredir a sociedade de modo mais forte, com ações criminosas mais qualificadas, mais violentas, porque o sistema faz isso deles. E então se tem uma grande preocupação e um grande compromisso com a questão da dignidade, da promoção da dignidade e da defesa dos direitos humanos dos presos e isso faz da Pastoral naturalmente um pouco antipáticos diante do sistema, do sistema prisional e do sistema de segurança e de justiça, com conflitos e bastantes conflitos por causa exatamente das violações, porque querem esconder o mundo de hoje de meio milhão de pessoas, custando um bilhão de reais por mês e formando essas pessoas para a criminalidade. Um sistema que merece uma atenção muito especial desse plenário, porque hoje o sistema penitenciário não teve até agora a capacidade de interagir com os outros setores, chamando-os para a conversa, o Judiciário, o Ministério Público, a Segurança Pública e a sociedade dizendo que “nós somos o fim do mundo, mas ninguém está ligando”, somente efetuando prisões e mais prisões. Que nesta semana esteve conversando com os cinco Coronéis na posse do Secretário de seu estado sobre o tema e alegação dos mesmos era que era um problema do sistema, dizendo que cabe a eles a prisão e o sistema têm que se preocupar com as questões pertinentes ao preso. Então é necessária a discussão sobre a política repressiva que o Brasil adota, uma política só de prender, prender sem se importar com as conseqüências e os cuidados. Então a Pastoral Carcerária realmente tem hoje em média cinco mil voluntários e que é muito pouco para tanta coisa, atuando mesmo a frente é muito menos, porque o sistema é muito violento e tem que ter capacidade disso é necessário às parcerias que tentam estabelecer nos estados onde estão realmente as ações e com o Governo Federal que se tem um excelente dialogo com o Ministério da Justiça, através do Depen, Secretaria Especial, o Congresso Nacional, sendo constante a presença nas Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, participando ativamente de algumas coisas, como as CPIs orientando um pouco, orientando os Deputados de como as CPIs serem mais eficazes e tem aumento essa demanda de preocupações, esperando que possa dividir as preocupações com relação a questão do sistema penitenciário. Agradece. O Presidente interino agradece e passa a palavra ao Conselheiro João Guilherme representante do Ministério da Justiça. **Conselheiro João Guilherme** cumprimenta a todos e pontua que sua fala é de apresentação. É chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Justiça com a missão de praticar essa representação junto aos demais, prima face, sendo necessário reconhecer o acúmulo teórico e prático que se tem reunido e valorizar esse espaço e anotar que a passagem do governo não assinala uma ruptura, mas ao mesmo tempo trás reafirmação de valores, que pelo histórico das reuniões do Conselho viu sendo declarado e colocado com muita clareza e espera se aproximar respeitosamente desse acúmulo e poder contribuir para o andamento e para o aprofundamento dos trabalhos que de outra forma já está escrito num DNA de realimento de aproximação das pautas de segurança pública e de justiça com cidadania que organicamente representa no Ministério através da Secretaria Nacional de Justiça e dessa forma pede que sigamos. Com a palavra o Presidente interino passa a colocar a discussão e definição do calendário de 2011 do Conasp e relembra que além das datas a serem analisadas, conforme deliberação já definidas pelo Conasp, terão que serem analisadas a possibilidade de realização de reunião em local que não seja o Distrito Federal. Para tanto, solicita que aos senhores conselheiros que tenham condição de receber reunião de conselho em seu estado, apresentem a proposta



e que o Ministério da Justiça tem condições de apoiar essas reuniões, mas não tem condições de realizar essas reuniões nos estados. O Ministério da Justiça tem condições de apoiar com diárias e passagens, mas não tem condições de cuidar de toda infra-estrutura e que aqueles conselheiros que tenham condições de receber uma reunião em seus estados, logicamente contando com o apoio maciço do Ministério da Justiça, em especial da Senasp se apresentem para que haja mais opções de reunião. Para o Ministério da Justiça seria interessante para que se agregassem outras autoridades, outras pessoas as reuniões do Conasp, ponto que já foi deliberado nas reuniões. Abre as discussões e pede que sejam observados esses dois apontamentos e a partir daí possa ser aprovado o calendário desse ano. Com inscrições o Conselheiro Almir, Conselheiro Tião e Conselheiro Bridi e assim nesta ordem consecutivamente abre as falas. **Conselheiro Almir** da Rede Desarma Brasil, juntamente com os companheiros Everardo e Belintani que fazem parte da Rede Desarma Brasil cumprimenta a todos – coloca o estado da Paraíba, em particular a capital da paz, João Pessoa, para sediar uma dessas reuniões do Conasp e certamente buscará criar condições para receber todos os amigos e conselheiros. Agradece. O Presidente interino agradece ao Conselheiro Almir e diz que já há um estado que se apresenta voluntário para a realização das reuniões e passa a palavra ao **Conselheiro Tião** que expressa o desejo de receber uma dessas reuniões, mais antes consulta a Conselheira Eliane do Rio de Janeiro de realizar uma das reuniões lá, se houver acordo e dizer que havia uma prática na gestão passada de combinar a realização de reunião ordinária com reunião de Comissões Temáticas, de modo que pudessem de alguma forma trazer questões mais preparadas, mais debatidas de temas importantes. Propõe assim que fosse mantida essa dinâmica das reuniões ordinárias serem intercaladas com as reuniões das Comissões e propõe também que fosse dando continuidade a Comissão de monitoramento e aplicação das deliberações da 1ª Conseg, sendo importante que essa comissão continue acompanhando, avaliando e vendo a aplicação das decisões da 1ª Conseg e propõe também uma segunda comissão que já se preparasse e se reunisse, se articulasse para realizar a 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública. O Presidente informa que no momento de discussão das Câmaras Técnicas, os temas estarão contemplados na discussão e solicita que seja colocado o calendário na tela e pontua ser uma colocação importante e já está contemplada na proposta de calendário. E na proposta inicial que foi colocada uma sugestão de proposta de colóquio das Câmaras Técnicas e será a única reunião e pede o auxílio da Secretaria Executiva – que será isolada, as demais serão contíguas as ordinárias com as das Câmaras Técnicas e apresenta os primeiros meses à plenária em razão de que pode e deve apresentar algum assunto que é interesse da plenária, assim havendo possibilidade de discussão na Câmara Técnica e no dia seguinte na plenária e acredita que já contempla a proposta do Conselheiro Tião e passa a palavra ao **Conselheiro Bridi** que coloca o estado de Santa Catarina para sediar uma reunião do Conasp e já tem o apoio do Presidente da Associação dos Oficiais Militares do Estado de Santa Catarina, Cel. PMSC. Fred Harry Schaufert que se faz presente nesta reunião como observador e certamente dos demais órgãos de segurança pública irão apoiar a iniciativa. O Presidente interino agradece ao Conselheiro Bridi e já contabiliza com três estados voluntários: Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Com a palavra o **Conselheiro Marcos Dias** que oferece também o Estado do Tocantins, mais novo integrante das unidades federativas para sediar uma das reuniões do Conselho. O Presidente passa a palavra a **Conselheira Simone** que coloca o estado de Goiás, Goiânia para a possibilidade de sediar uma das reuniões do Conasp. Aberta a palavra, inscrita a **Conselheira Tereza Cristina** do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais e convida o Conselheiro Elder para como voluntários proporem uma reunião na Bahia e em sendo Defensora Geral da Bahia que seja posta a proposta de realização de umas das reuniões ser na Bahia. Agradece. O Presidente interino abre a possibilidade de palavra e pontua que além do Distrito Federal que é uma sugestão nata, há inscritos os Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, de Goiás, Tocantins e Paraíba como estados voluntários como sede de realização das reuniões e solicita que os conselheiros que já estão de posse da proposta de calendário já verificasse as possibilidades de datas e que se for necessário pode ser decidido no dia de amanhã, já com a proposta dos conselheiros e apresenta a plenária o seguinte encaminhamento: que a definição das datas e principalmente dos locais seja feita no período da manhã de amanhã com a proposta dos conselheiros que foram voluntários para receberem as



reuniões em seus estados. Com a palavra o Conselheiro Bridi e posteriormente o Conselheiro Tião. O **Conselheiro Bridi** solicita que seja colocado na pasta o calendário. O **Conselheiro Tião** lembra que o dia vinte e um de abril é feriado nacional e não é uma data apropriada para a realização de uma reunião. O Presidente interino esclarece que as cores de vermelhos são os feriados e as reuniões são as cores de azul e amarelo. **Conselheiro Almir** com a palavra que sugere colocar a Paraíba como a primeira reunião fora do DF porque já está com a estrutura pronta, sendo então nos dias 14 e 15 de abril, facilitando para que os outros estados possam fazer a sua programação. Com a palavra o **Conselheiro Gilson Menezes** – Presidente do Conselho das Guardas Municipais que faz um adendo na proposta da mesa que em sendo nos estados, conforme tudo indica que serão, pudesse ser visualizadas boas práticas dos respectivos estados, a exemplo das UPPs no Estado do Rio de Janeiro que é uma proposta que vem dando certo e nos outros estados também se tem boas práticas e que se vale a pena em realizando as reuniões fora de Brasília, o Conasp conhecer as práticas dos respectivos estados, até para que o Conselho Nacional não fique somente na teoria, mas que também visite e veja de forma respectiva as boas práticas dos estados. A presidência acolhe a sugestão e desde de já fica a Secretaria Executiva incumbida de incluir na pauta a proposta de pauta a ser encaminhada aos senhores conselheiros, essa proposta de definição. O Presidente interino solicita aos conselheiros que estarão sediando, que serão os anfitriões que já encaminhe a Secretaria Executiva as boas práticas de seus estados para que seja incluída na proposta de pauta da presidência e circular aos senhores conselheiros para deliberação posterior. Com a palavra o **Conselheiro Tião** que pede desculpas pela impossibilidade de acompanhamento de apresentação do calendário em virtude de está sendo apresentado em conta-gotas. E somente para falar que há mudanças na proposta de calendário, havia anteriormente as reuniões das comissões ou Câmaras Técnicas em um dia determinado e no outro mês as reuniões ordinárias e com a diferença de que agora terá um dia de reunião ordinária e um dia de Câmara Técnica, indaga se é realmente é isso. A presidência solicita que seja colocado o calendário na tela e repassar desde o início para que todos os conselheiros possam acompanhar de forma pausada e explica ao pleno todos os meses, explica o motivo da sugestão do colóquio no mês de março que será definida as composições das Câmaras Técnicas, que será o grande note de trabalho do Conselho, será instrumentalizado também através das Câmaras Técnicas, possibilitando aos conselheiros um momento interno das câmaras técnicas focadas em assunto em deliberação. Explica que a sistemática desse ano, é uma sistemática que busca a objetividade dos trabalhos, e os produtos deverá ter um lastro de discussão na plenária. E para que haja condições que seja realizado terá a seqüência de reunião das Câmaras Técnicas e plenária e continua com a explicação dos meses posteriores, solicitando que caso algum conselheiro sinta necessidade de esclarecimento que se faça à interferência. O **Conselheiro Tião** diz que quer comentar o todo no final. A presidência continua a explicação e propõe como encaminhamento, que se tem a opção de discutir as datas agora ou amanhã pela manhã, juntamente com a proposta dos locais. O **Conselheiro Almir** sugere que já seja debatido e decido para que não seja necessário o retorno ao tema. Em votação a proposta do Conselheiro Almir, sendo votado que será decido naquele momento a aprovação do calendário. Inscritos os Conselheiros Sebastião e Marcos Dias. Passa a palavra ao **Conselheiro Tião** que pontua que as datas estão coerentes, a não ser que o estado que vai organizar tenha uma proposta mais adequada a sua realidade, mas no geral nenhum problema com relação às datas, a questão é mais conceitual. A presidência solicita que os conselheiros que se apresentaram voluntários, assim como fez o Conselheiro Almir, que já proponham as datas que forem mais convenientes aos seus estados e lembra que o pleno Então lembra decidiu em deliberar neste momento data e local para que não haja retrabalho, acatando a sugestão do Conselheiro Almir. O **Conselheiro Tião** propõe para maio a reunião no Rio de Janeiro na data que está prevista, em não havendo objeção da Conselheira Eliane, mas sugere dois dias para reunião. Ressalta que acredita que há prejuízo em realização de reunião em um único dia e propõe que as reuniões das Câmaras sejam adequadas à realização das reuniões ordinárias, mas que essas fossem de dois dias de reunião e não um como proposto no calendário. O Presidente interino destaca que devido às dificuldades de muitos conselheiros de permanecerem três dias m Brasília no local da reunião do Conasp, e em razão dessa dificuldade e da necessidade da discussão efetiva e que as discussões das Câmaras sejam lançadas



ao pleno, foi realizada essa junção reduzido para um dia frente à importância da reunião das Câmaras Técnicas. E já assenta como proposta de encaminhamento a sugestão do Conselheiro Tião que as reuniões ao invés de dois dias, pudessem ser de três dias. Propõe ainda que possa ser elencado o rol de proposta e posteriormente haja a decisão. Com a palavra o **Conselheiro Marcos Dias** faz duas observações como propostas, primeiro que se deixe em aberto a questão dos estados, já que o Conselheiro Almir ofereceu a Paraíba para sediar a próxima reunião, não havendo problemas de local até a realização da 10ª Reunião Ordinária com a definição de local, e os conselheiros que ofereceram os seus estados, poderão conversar ainda na data de hoje e amanhã trazer aliado essas sugestões de locais se encaixando nas datas, mesmo assim deixando de forma flexível, uma vez que é necessária a reunião com os estados para verificar as datas com esses estados. O Presidente lembra que essa questão já foi definida pelo Conselho e será definida nesta reunião a questão dos locais e datas. Assim, o **Conselheiro Marcos Dias** pede perdão e já encaminha a segunda proposta, acredita ser prejudicial à reunião das Câmaras Técnicas nas vésperas da reunião ordinária, em virtude do que foi produzido na Câmara Temática sequer a plenária terá tempo de analisar e ler o material e sugere que sejam realizadas as reuniões das Câmaras Técnicas uma semana de antecedência das reuniões ordinárias, porque o relator terá um prazo concluir o que foi decidido na Câmara e tempo para enviar para o Conselho analisar e aí poder ser discutido de forma eficiente na reunião da plenária. O Presidente encaminha a proposta do Conselheiro Marcos Dias de que seja feita a reunião com uma semana de antecedência as reuniões do pleno, elencado para ser discutido ao final com todas as propostas. Abre as falas. Com a palavra o **Conselheiro Gandra** que formula a proposta que contempla a proposta do conselheiro Tião e que não vai de encontro à proposta do Conselheiro Marcos que ao invés de serem realizadas duas reuniões separadamente na mesma semana fossem aglutinadas e as reuniões temáticas ao invés de serem no início, seriam no final das reuniões ordinárias, assim haveria a condição de que na próxima reunião o pleno estaria com bastante acúmulo para decisões e discussões na plenária. O Presidente indaga se a proposta do Conselheiro é de dois dias de reunião ou de três dias. **Conselheiro Gandra** responde que a proposta é de realização das reuniões ordinárias sejam de dois dias de ordinárias e mais um dia para Câmaras Temáticas, totalizando três dias de encontro, por ser de importância e relevância desse encontro por si só já se justifica ficarem discutindo e apenas dois dias com o intervalo de dois meses sem discussão e se caso algum conselheiro argumente sobre a impossibilidade de alguns conselheiros estarem aqui em Brasília, alerta aos conselheiros que a presença da entidade foi de forma espontânea, tendo a entidade se candidatado e não foi obrigada está no Conselho e que possui o suplente e não havendo a possibilidade de um o outro pode suprir a falta certamente. O Presidente então encaminha a proposta do Conselheiro em serem aglutinadas às reuniões em três dias, sendo dois para a reunião ordinária e um para a reunião das Câmaras Técnicas, totalizando três dias, sendo o último dia para as temáticas e passa a palavra ao **Conselheiro Benedito Mariano** que cumprimenta a todos e a todas, desculpa-se pelo atraso em virtude do atraso do vôo e sugere a mesa manter a reunião de dois dias para a ordinária e mais outro dia para temática, não sendo necessariamente a realização desta o dia da ordinária, porque é muito difícil para servidor público permanecer três dias em Brasília e sugere que seja realizada em dois dias a ordinária e um dia da Comissão Temática e quando a Comissão se reunir decida quando será novamente o encontro, não havendo a necessidade de reunir antes ou depois das reuniões ordinárias, encaminhando a proposta. A presidência encaminha a proposta com dois dias de reuniões ordinárias e um dia de reunião temática não sendo necessariamente contíguas as das ordinárias. Passa a palavra ao **Conselheiro Geraldo Wanderley** que destaca que além da realização das reuniões espera-se que o Conselho dê algumas contribuições através das comissões e de metodologias que vão ser retiradas no caminho a questão de grandes desafios que a política de Segurança Pública tem no país, tendo participado de uma reunião na gestão anterior como suplente da Conselheira Cibele, havendo o Conselho retirado indicativos de se fazer uma capacitação com os conselheiros naquela época sobre ciclo completo, desmilitarização etc. Acredita ser necessário à preocupação com a educação e mobilização do povo em torno da temática da segurança e da questão da violência e da criminalidade, devendo contemplar um protagonismo desse Conselho fora das reuniões nos estados, fazendo discussões com a sociedade, onde



conselheiros possam articular e o próprio Conselho possa discutir temas com a sociedade com os maiores desafios é a mudança de mentalidade, que ainda acredita na justiça com as próprias mãos, onde não funciona o sistema, a pena de morte, diminuição da idade penal, quer dizer basicamente se satisfaz com a barbárie que está posta e tudo são coisas conceituais que dizemos sempre para amenizar que é a questão da cultura e as políticas não envolve o povo nessa discussão. A presidência solicita o encaminhamento. O Conselheiro encaminha é que realmente o Conselho possa estar fazendo um protagonismo de discussão com a sociedade, com os órgãos da sociedade e do poder público em diversas partes do país, através de grupos e que também se possa fazer uma capacitação do Conselho sobre temas importantes e desafios da segurança pública para o país, pois há muita gente nova e precisa de aprofundamento sem tirar as grandes linhas. A presidência relembra que o ponto de discussão do momento são os locais das reuniões e que o Conselheiro encaminhou a proposta do protagonismo, não sendo o tema discutido naquele momento e deve ser deliberado pelas Câmaras Técnicas com desdobramento para além das discussões nas Câmaras, acolhendo a proposta feita de que as Câmaras realizem as articulações com os estados, e possivelmente o encaminhamento deve ser realizado na discussão das Câmaras e deve ser acolhida a sugestão nesta discussão e passa a palavra ao **Conselheiro Bridi** que coloca o estado de Santa Catarina para o mês de outubro e já conversou com a **Conselheira Cynthia Luz** do Movimento dos Direitos Humanos e com o Celito Cordioli que auxiliará neste evento. A presidência agradece e passa a palavra ao **Conselheiro Cel. Mariano** que se apresenta por ser à primeira vez que participa de uma reunião efetiva do Conasp e solicita objetividade naquilo que se propõe a fazer e manifesta o seu apoio a proposta do **Conselheiro Benedito Mariano** que dois dias são mais do que suficientes, se bem preparada à reunião, se bem objetiva e como exemplo marcou trinta e cinco minutos para apenas a discussão de um ponto e que dois dias são suficientes para debater os temas do Conselho. O Presidente interino agradece e indaga se já há possibilidade de deliberar sobre o tema e em regime de votação, lembra que a partir desse momento os conselheiros e a própria mesa somente se manifesta a respeito do voto encerrando-se as manifestações neste momento. Pontua as propostas para a verificação se são correlatas: as propostas dos Marianos são iguais e contempladas da mesma forma e que se pode acoplar no mesmo eixo de dois dias da reunião ordinária com reuniões temáticas esporádicas ou a serem definidas, sendo uma proposta só a ser encaminhada pelos dois conselheiros. A proposta do **Conselheiro Bridi** contempla somente a data colocando o Estado de Santa Catarina como candidato no mês de outubro. Proposta do **Conselheiro Tião** que seja realizado em três dias, com um dia para a reunião temática. Proposta do Conselheiro Marcos Dias que considera um espaço de pelo menos uma semana antes da reunião ordinária ficando a cargo de cada relator estabelecer seu prazo necessário. Proposta do **Conselheiro Gandra** que seja aglutinada com as reuniões ordinárias após o seu término. Lembra que o pleno já se encontra em regime de votação. Conselheiro Tião pede a palavra sendo concedida pela presidência. O mesmo solicita que seja retirada sua proposta e permaneça a do Conselheiro Mariano. O Presidente contempla a solicitação do conselheiro e permanece assim três propostas a serem deliberadas pelo Conselho e pergunta ao Conselheiro Marcos Dias se há a possibilidade de aglutinar a proposta com a proposta do Conselheiro Mariano, uma vez que são muito parecidas. O **Conselheiro Mariano** esclarece que sua proposta é de nos dois dias já contemple as reuniões das Câmaras Temáticas. O **Conselheiro Marcos Dias** diz que pode ser aglutinada, que independente da quantidade de dias uma vez que não se prende a isso, porque cada relator deveria ter a liberdade de solicitar a quantidade de dias que considere necessário, não sendo necessário se prender a isso, mas que pretende manter a realização das reuniões temáticas de sete dias. A presidência passa a palavra ao **Conselheiro Benedito Mariano** que acredita ser possível aproximar as proposta, sendo viável a reunião temática uma semana antes das ordinárias e que entendeu que a mesa encaminhou é que seria de dois dias a reunião temática. A mesa esclarece que a proposta é de serem dois dias de reunião ordinária e uma semana de antecedência da ordinária a realização da temática, tendo o Conselheiro Benedito concordado com a proposta encaminhada pelo Conselheiro Marcos Dias. **Conselheiro Cel. Mariano** permanece com a proposta de serem somente dois dias de reunião, já contemplando as reuniões temáticas. A presidência resume as três propostas apresentadas: 1 - Três dias de reunião, sendo dois para ordinária e



com uma semana de antecedência seja realizada a reunião temática; 2 - Três dias de reunião ordinária, aglutinando as reuniões, sendo o último para a reunião temática; 2 - Dois dias de reuniões já incluindo as reuniões das Câmaras Técnicas, proposta apresentada pela Secretaria Executivo e Conselheiro Cel. Mariano; O Presidente interino explica toda a proposta para que se possa encaminhar. Passa a palavra ao **Conselheiro Heder** da Anaspra, que cumprimenta a todos, solicita esclarecimentos no tocante a realização das reuniões, uma vez que será itinerante e indaga se essas reuniões temáticas ocorrerão em Brasília ou nos estados que sediarão as reuniões ordinárias. O Presidente esclarece que somente após a definição do formato e que se poderá definir. O **Conselheiro Heder** então sugere que as reuniões temáticas sejam em Brasília porque é mais fácil a questão dos vôos no tocante a apenas um dia de reunião do que nos outros estados. A mesa solicita que o conselheiro aguarde a definição do formato, considerando ser pertinente a sugestão do conselheiro, mas solicita que seja feita apenas uma deliberação para que a sugestão do conselheiro seja respondida. Passa a palavra ao **Conselheiro Tião**, que lembra que na gestão passada houve uma boa convivência realizando as reuniões ordinárias em um mês e as temáticas em outro mês de modo que não sacrificaria nenhuma agenda pessoal e a participação é facultativa e não obrigatória quem tem a contribuir, e ao invés de ser uma semana antes, ser nos meses que não haverá reuniões ordinárias Sugere que as reuniões temáticas se reúnam nos meses que não tenham reunião ordinária. A mesa esclarece que a proposta já está contemplada na proposta do Conselheiro Marcos Dias e o Conselheiro Tião solicita, no entanto, que seja de fato definida. A presidência encaminha ao Conselheiro Marcos Dias sobre a proposta do Conselheiro Tião. **Conselheiro Marcos Dias** esclarece que a proposta é que se dê maior flexibilidade tanto para os relatores como para a Secretaria Executiva para a realização das reuniões das Câmaras Técnicas e fica como sugestão. O Presidente interino destaca que de acordo com a quantidade de Câmaras Técnicas que é de seis e que em termos práticos todos os conselheiros estão participando de todas as Câmaras Técnicas e que de forma prática e objetiva, haverá reunião todo mês no Ministério da Justiça, incluindo as ordinárias e da Câmara Técnica. E que quando foi feita a proposta pela Secretaria Executiva de serem realizadas as reuniões contíguas, foi exatamente com essa premissa de todos os conselheiros estão envolvidos nesta proposta e quando se fala em Câmara Técnica se fala desse grupo do pleno. **Conselheiro Marcos Dias** mantém a sua proposta de ser com antecedência mínima de uma semana para a realização das reuniões temáticas. A presidência passa a palavra ao **Conselheiro Almir** que acredita que a proposta do Conselheiro Marcos está contemplada na proposta do Conselheiro Tião e destaca que o Conasp ainda não consolidou uma capacidade de desenvolver todos os temas necessários em apenas dois dias, sendo a demanda muito grande, tendo que atender o que a Conferência apregou e o que se espera do Conselho e que tirar ou colocar as Câmaras Técnicas que são importantíssimas dentro da reunião de dois dias, neste primeiro momento não há o acúmulo de experiência para fazer isso com uma rapidez, com uma prática pragmática de tal forma que seja contemplado e que concorda com a posição do Conselheiro Tião que foi sucesso, mesmo no Conasp provisório que era de um ano e que nesses próximos dois anos haverá a próxima conferência não havendo a possibilidade de atropelar os assuntos. A presidência solicita um momento para exibição do vídeo da Secretária Nacional de Segurança Pública e Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública em virtude da impossibilidade de comparecimento na reunião, e pede as excusas pela não exibição no momento destinado. Ressalva que o vídeo foi gravado às 06:30 hs da manhã em razão da agenda da Secretária. **Conselheiro Benedito Mariano** pondera que o Conselho encontra-se no meio de uma discussão de encaminhamento, então sugere que se resolva primeiro o que se estava sendo discutindo e posteriormente haja a exibição do vídeo. O Presidente passa a palavra ao **Conselheiro Gandra** reforça a proposta de dois dias para reunião ordinária e um dia para a reunião temática, somalizando três dias, seria logisticamente mais fácil para o ordenador de despesas trazê-los para Brasília e realizar a reunião ordinária, porque uma que considera insuficiente, haja vista não haver cumprindo sequer 10% (dez por cento) do que a Conferência determinou e o Conselho está em dívida com a sociedade e, portanto dois dias são o suficiente para que se haja um avanço nas discussões e a reunião temática no 3º dia. Sabe que vai haver problemas para alguns conselheiros, mas, no entanto se for ponderado que se tiver que adequar as agendas pessoais com as do



Conselho é casuísmo. Assim, não convém atender as agendas pessoais frente o compromisso público do CONASP. O Presidente interino sugere passar a leitura rápida do artigo 38 do Regimento Interno que trata das definições das falas, e dessa forma passa ao encaminhamento das propostas para que essas sejam votadas. Consulta a plenária se há alguma dúvida nas propostas apresentadas, realiza uma nova leitura das propostas que foram apresentadas e aglutinadas para que haja condição do Conselho deliberar sobre essas propostas e que se prossiga para a próxima pauta que será de grande discussão, uma vez que tratará da composição das Câmaras Técnicas. Passa a palavra ao **Conselheiro Gandra** coloca questão de ordem no sentido que nas próximas votações sejam feitos encaminhamentos e eleito o que vai realizar defesa, caso contrário o que tiver menos oportunidade de falar, uma vez que somente teve duas falar e os demais conselheiros já acordaram, sendo injusta com algumas das propostas. Pode ser que algumas das propostas sejam eleitas um conselheiro para fazer a defesa e outro para fazer o contradito, caso contrario haverá prejuízo em uma das votações. O Presidente interino esclarece sobre a questão de ordem e faz a leitura do artigo 38, III do Regimento Interno e lembra que a mesa acata a todas decisões são democráticas e discorda da colocação do Conselheiro Gandra em razão da quantidade de falas, porque imagina que os conselheiros que não fizeram falas se sintam contemplados com as falas dos outros conselheiros e se houve mais de uma fala foi por solicitação e acatada pela mesa e que se aqueles os conselheiros que não fizeram e porque não havia intenção de não fazerem porque a mesa acata toda e qualquer posição democrática e todas as deliberações do Conselho são estabelecidas de forma equânime e democrática, sendo a primeira regra do Conselho e diante dessas premissas que a mesa apresentou, destaca para o pleno as propostas novamente, colocando em tela: Proposta 1. Dois dias de reunião e o dia da reunião temática ficando à cargo de cada Câmara marcar a sua em outra data com no mínimo uma semana de antecedência; Proposta 2. Três dias de reunião, sendo dois para ordinária e um dia antes para temática; Proposta 3. Dois de reunião ordinária, sendo um dia de Plenária e outro dia para as Câmaras Temáticas. A presidência apresenta as três sugestões e indaga sobre as condições para que se coloquem as propostas em regime de votação, por decisão da plenária em regime de votação: treze votos para Proposta 1, Sete votos na Proposta 2, e quatro votos para a proposta 3, ganhando então a primeira proposta. O Presidente interino esclarece para o pleno que dessa forma, teremos dois dias de reunião e o dia da reunião temática ficando à cargo de cada Câmara marcar a sua em outra data com no mínimo uma semana de antecedência e mediante ao questionamento do Conselheiro Heder a mesa indaga se as reuniões das Câmaras Técnicas serão em Brasília ou realizadas nos estados. Proposta 1: as reuniões serão sempre realizadas em Brasília, proposta 2: será nos estados onde serão realizadas nos estados onde serão realizadas as ordinárias e pergunta se algum conselheiro quer sugerir outra proposta. Passa a palavra ao **Conselheiro Benito** considera prejudicada a proposta 2, tendo em vista que as temáticas seriam em outro local fora de Brasília e como foi deliberado que as reuniões temáticas serão intercaladas as ordinárias, talvez não justifica-se a realização nos estados. A mesa agradece a pontuação do Conselheiro Benito e propõe que somente ficaria a proposta 1 e as reuniões com as Câmaras Técnicas como condição *sine qua non* seriam realizadas em Brasília. Consulta ao Conselheiro Tião se essa e sua posição, tendo o mesmo concordado e passa a palavra ao **Conselheiro Bridi** que sugere que a priori as reuniões sejam em Brasília e que no caso de na maioria dos conselheiros serem de outro estado fosse feita uma análise do que seria mais viável considerando importante lembrar a facilidade do deslocamento entre conselheiros. A mesa indaga se houve a compreensão da posição do Conselheiro Bridi. Abre a palavra aos conselheiros e pergunta se há condições de se entrar em regime de votação. Em regime de votação os conselheiros que optem pela reunião das Câmaras Técnicas em Brasília, tendo 25 de votos favoráveis, um voto de abstenção. Os conselheiros que optam pela proposta 2 a mesa pede que levantem os braços e quanto as abstenções contabilizou-se em apenas um. Vencedora a proposta 1. Com a palavra o **Conselheiro Gandra** que pontua que para que se tenha um debate democrático, a mesa disse que a sua questão de ordem foi improcedente e solicita para que seja reconsiderada a questão de ordem formulada e lembra que quando não houver consenso deve ser aberto para defesa, previsto no artigo 38, item 7 do Regimento Interno, porque duas propostas não são consenso, pois um conselheiro está divergido do outro. O Presidente interino responde



que esta fala não é pertinente em virtude da possibilidade de abertura da palavra em momento oportuno. Passa a palavra ao **Conselheiro Benedito Mariano** que com todo o respeito ao Conselheiro Gandra, mas nos termos das posições divergentes, mas a mesa deve consultar o plenário se acha necessária a defesa, ela não deve ser obrigatória. Se o plenário entender que está clara as propostas, não haverá necessidade de defesa das propostas. E se a mesa consultar ao plenário se há a necessidade de esclarecimento e se o plenário entender que não há necessidade de defesa, não haverá, para não se transformar em camisa de força a defesa de proposta. Apresentada a plenária à proposta do Conselheiro Mariano indaga a mesa com a concordância da proposta. Proposta acolhida pelo plenário. Solicita a Secretaria Executiva a entrega do calendário. Uma vez que já foi escolhido o formato abre ao debate para escolha dos locais de reunião. O **Conselheiro Jacine** lembra à mesa a questão do corte orçamentário e o Presidente lembra que esse assunto será debatido no Conselho, pois o corte orçamentário é em torno de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais) na Esplanada, o Ministério da Justiça está empenhado neste processo e a Presidente do Conselho trará um posicionamento sobre essa questão. Faz encaminhamento para os estados que são voluntários escolham as datas mais apropriadas para ocorrer à reunião no seu estado: - Ficando no estado da PB com a reunião do mês de Abril; - Em junho o Estado do Rio de Janeiro; - Mês de agosto, os Estado da BA e TO; - Mês de outubro se candidata Santa Catarina, em dezembro, o Estado de Goiás. O **Conselheiro Heder** lembra que um estado ficará de fora e o Presidente lembra que será decidido pela plenária. A mesa pergunta se possibilidade de acordo entre os estados candidatos no mês de agosto. **Conselheira Tereza** mantém a Bahia no mês de agosto e o Conselheiro sugere que a votação fique para o dia posterior, não podendo ser contemplada, uma vez que já foi deliberada. **Conselheiro Bridi** sugere que seja contemplado um estado de cada região, mas verificou que se retirar o estado da Bahia teriam dois estados do Centro Oeste em dezembro concorrendo e que se um estado abrisse mão neste ano e postergasse para o próximo ano, já estaria garantido. Conselheira Simone sugere que os estados não contemplados nas reuniões desse ano, fiquem certos para 2012 para que não haja a necessidade de escolha entre um estado ou outro. O Presidente abre para votação a próxima reunião para Paraíba. Aprovada. Estado do Rio de Janeiro em junho. Aprovada. Em agosto, estado de Tocantins e Bahia, 10 votos para estado Tocantins e 11 votos para o Estado da Bahia. Estado vencedor o estado da Bahia. **Conselheiro Marcos Dias** solicita a recontagem dos votos em virtude das entidades que compartilham votos. A mesa procede à recontagem dos votos. Para Tocantins tem-se 7 votos e, para o Estado da Bahia, 13 votos. No mês de outubro abre-se votação para o Estado de Santa Catarina. Aprovado. Em dezembro, no Estado de Goiás. Aprovado. Seguindo a pauta, a mesa sugere apresentar o vídeo da Secretária de Segurança Pública Dr^a. Regina Miki. O pleno concorda e o vídeo é rodado. **EXIBIÇÃO DE VIDEO.** O Presidente interino apresenta o novo paradigma de segurança pública solicitado pela Secretária Nacional de Segurança Pública em contato com a gestão anterior da Senasp que na verdade é uma continuidade do governo anterior. Houve mudança de pessoas desde a Presidenta, o novo Ministro e a Secretária. Afirma que a política continua a mesma no Ministério da Justiça. Elogia a gestão do Ricardo Balestreri no tocante a uma nova gestão a ser implementada e destaca que está acontecendo uma visita a todos os estados pela Secretária e o Ministro da Justiça para a negociação para a consolidação de um pacto entre governo federal e estado para promover a política de segurança pública. E que possivelmente esse processo será convalidados no mês de março haverá uma reunião da Presidenta com os governadores. Assim, pretende-se fazer uma política de estado e não de governo na área de segurança pública. E a Secretária está visitando os estados com esse propósito de apresentar a visão da Presidenta, buscando o apoio nacional para que todos esses programas de segurança pública não sejam programas de governo e de governo federal, estados ou municípios, mas que sejam pactos nacionais pela segurança pública, devendo serem esses projetos de estado e não de entes da federação. Com esse paradigma a Secretária tem buscando todos os estados e receptividade tem sido a melhor possível. Todos os estados estão ávidos que essa visita se realize o mais rápido possível. E em virtude de uma agenda apertada não houve a possibilidade de comparecimento da mesma nesta reunião. E a Secretária que viveu desde o início a construção desse Conselho democrata como é, tem uma expectativa muito grande e ela solicitou para que convalidasse a sua



fala no sentido que a Secretaria Nacional de Segurança Pública aberta a todos os conselheiros, quer na condição de entidades e instituições para que todas as ações sejam discutidas e estão implementando com a visão que a Secretária tem desde de Diadema, assim como Assessora Especial do Ministro e pela sua participação no Conselho Gestor de Segurança Pública está sendo implementada na Senasp uma nova política de gestão. Não há na Senasp paradigmas estabelecidos, o único é à busca de metas e resultados comprometidos. Convida assim a quem quiser o debate de questões de tema sobre a política de segurança pública. A presidência do Conasp também está aberta às discussões. Considerando esse ambiente democrático, reforça a importância da contribuição dos diversos setores do Conselho. **Conselheira Simone** sugere a participação do Conasp na reunião que estão sendo realizadas nos estados e principalmente a reunião com a Presidenta com os Governadores dos estados para fortalecer o Conasp na esfera estadual. O Presidente interino explica que o protocolo de autoridades, a secretária enfrenta dificuldade de participar da formação da agenda do Ministro, Assim ela cumpri as demandas do Ministro e da Presidenta, por ser uma assessora técnica do Ministro na área da segurança pública. Isso se deve ao objetivo maior de se estruturar um plano estratégico maior no âmbito nacional. **Conselheiro Alexandre** sobre o decreto de contingenciamento, demanda do Ministério da Justiça às ações que ficaram prejudicadas. Solicita que essa informação seja passada logo de imediato para que o Conasp tome as devidas providências, em conformidade com o previsto no Regimento Interno. O Presidente adianta que os cortes serão feitos conforme um plano estratégico que está sendo elaborado pela presidência. Assim, que houver o corte, se compromete a passar pro Conasp os cortes e ações prejudicadas. E quando na verdade quando se fala em orçamento se fala em adequação e quando forem definidas, essas serão repassadas ao Conselho. **Conselheiro Tião** reforça a proposta da Conselheira Simone e resgatar a proposta do Conselheiro Almir que circulou como e-mail essa semana sobre o Conasp ter acento nas reuniões dos governadores, considera que o Conasp independente do segmento que pertençam os seus conselheiros devem acompanhar a pari passo questões e as ações do Ministério da Justiça no tocante a segurança pública, inclusive os projetos de lei, daquilo que está no Congresso Nacional e esta tramitando e passasse no Conselho e aquelas referentes à sociedade para que o Conasp exercesse um papel mais profundo do que opinar antes dessas questões chegarem à sociedade sobre temas de sua missão. O Presidente interino solicita a Secretaria Executiva esse encaminhamento e está lançado em ata. **Conselheira Tereza** referenda a proposta dos Conselheiros Tião e Simone e sobre a agenda da Secretária, pudesse ter a presença dela em todos os estados e considera a importância do Conasp participar dessa reunião e com a presença da Regina visitar os Secretários de Justiça. O Presidente interino destaca a importância da questão para as Câmaras Técnicas de mobilização e articulação. **Conselheiro Almir** destaca as diretrizes da Conseg relativo ao acompanhamento delas. Fortalecendo os que estão se estruturando e apoiar os estruturados. Sugere assim que o Conasp deve ser chamado à reunião com os governadores. Saúde e educação que também fazem parte do pacote da presidência já tem larga experiência. O contingenciamento não pode alcançar as prioridades. O Presidente interino sugere interromper a discussão para o almoço e voltar à discussão da Câmara Técnica após o almoço. **Conselheiro Benedito Mariano** retoma a sugestão da Conselheira Simone para dizer que a agenda do novo pacto de segurança pública não pode ser constituído fora do âmbito do Conasp, se não o Conselho fica apenas sendo informado desses assuntos. Então sugere que durante as reuniões entre Ministro e governadores, a agenda seja ampliada para participação do conselheiro daquele estado. Porque se não o conselho não fique fora desse processo de tomada de decisão. Nesse sentido, sugere que tendo em vista as cinco reuniões nos estados, o Ministro Eduardo Cardozo esteja presente para discutir as coordenadas da política nacional de segurança pública. O Presidente interino alerta que o Ministro já se comprometeu em participar em algum momento dos trabalhos do Conasp. **Conselheira Cynthia Luz** alerta que a relação dos conselheiros principalmente em relação aos conselheiros da sociedade civil é muito conflituosa. Então se não houver um empoderamentos desses representantes por parte do poder maior como o governo, a atuação deles ficará restrita ao âmbito da denúncia via mídia e delegacias, tornando difícil a sua atuação. **Conselheiro Fernando Matos** da SEDH informa que a sua secretária já se disponibilizou em levar em consideração e representação do Conasp nas



instâncias decisórias dessa agenda como Conanda. Alerta que além do corte que se corre o risco de ocorrer, há a possibilidade também de contingenciamento. Então ele se compromete em passar a elaboração do planejamento estratégico da Secretaria de Direitos Humanos dessa agenda ao Conasp. **Conselheiro Jacine** cumprimenta a todos e a todas sobre o corte orçamentário reforça e contingenciamento também haverá e pelos discursos dos Ministros da área econômica poderá haver esses cortes de forma política e saber como será feito no Ministério da Justiça e acredita que haverá cortes nas atividades do Conselho, principalmente no que diz respeito às reuniões das Câmaras Técnicas intercaladas com as ordinárias, sendo necessário pensar em um plano B. **Conselheiro Benito** considera relevante a presença da Secretária, mas levanta a tempestividade da discussão sobre o 3º Pacto Republicano que é importantíssimo para os trabalhos do Conasp. **Conselheiro Marcos Rezende** levanta um anacronismo entre as ações do Ministério da Justiça e do Conasp. Levanta que o Conselho é importante na hora do corte, mas não na elaboração do plano. Assim, é importante 1º se conversar com o Conasp e depois com os Estados, porque se isso não acontecer vai se reproduzir à lógica da elaboração de política pública anterior. Não é coerente diminuir os dias de reunião do Conasp devido ao corte ministerial devido à importância do Conselho para o debate dessas questões. O Presidente interino destaca que o processo de construção agora é de ouvir, não de definição de diretrizes nem apresentação de um plano. Assim, o Ministro considera de primordial importância a contribuição do Conasp para elaboração do Plano. Então o que o Ministro está fazendo é dialogar e ouvir com os entes. **Conselheira Eliana** – Obs. De Favelas quer reforçar a questão do protagonismo e especificamente no Estado do Rio de Janeiro aponta a dificuldade de diálogo entre os conselheiros e profissionais de segurança pública. Assim, propõe a construção de uma proposta efetiva do Ministério da Justiça com os conselheiros do Rio de Janeiro porque já existem algumas agendas, mas no caso do Rio, a contribuição dos conselheiros deve ser pontual. ENCAMINHAMENTO. Conselheiro José Roberto das Neves está contente com o nível de discussão, e pede uma agenda do Ministro da Justiça com os conselheiros do Paraná. Importante fortalecer os conselhos estaduais. Observando a forte militância do Estado da Bahia, conclui importante a necessidade do Ministro receberá cada um dos segmentos e dos estados para construção de sua política, e pede que conste em ata, esse encaminhamento, pois tem uma demanda muito importante neste Conselho, e fazem parte das diretrizes da 1ª Conseg e deste Conselho, garantindo a participação de cada categoria profissional nesses encontros. ENCAMINHAMENTO. O Presidente interino apresenta as Resoluções das Câmaras Técnicas que foram definidas por este Conselho e no período vespertino de acordo com a agenda está previsto a programação de reunião dos conselheiros para a discussão e deliberação sobre as Resoluções que estarão normatizando o funcionamento de cada uma. A presidência solicita que seja exibida na tela a relação das Câmaras Técnicas. Solicita ao Conselho que seja analisada para a escolha. **Conselheiro Agadeilton**, indaga se há no Regimento número imposto de participantes nas Câmaras Técnicas. A presidência responde que não há número máximo ou mínimo, mas que se deve primar pela composição triparte que o Conselho e que no mínimo o conselheiro participe de uma, em virtude das reuniões acontecerem de forma simultânea e dada ao número de conselheiros haveria dificuldades na possibilidade dos conselheiros participarem em mais de uma. **Conselheiro Benedito Mariano**, antes das escolhas sobre a composição das Câmaras consulta a mesa se há possibilidade de repensar as Câmaras, tendo em vista que elas foram decididas no conselho provisório, algumas são muito internas e é necessário priorizar temas mais urgentes para política da nacional de segurança pública. Assim a de atividade policial, por exemplo, pode ser modificada para debate da instituição policial. Acredita que deveria ser uma Câmara Técnica sobre a atividade policial. Tema que foi discutido na Conseg, como o ciclo completo de polícia. O que é uma Câmara de Gestão da Informação? De mobilização? O que cabe a esse Conselho uma Câmara Técnica de Financiamento? Em que elas podem contribuir para a demanda posta pela Conseg para esse Conselho. A partir da definição de papéis as Câmaras Técnicas terão a possibilidade à produção técnica para auxiliar a política nacional de segurança pública. Assim, consulta se há autonomia desse pleno para extinguir algumas e formar outras. A presidência alerta que pelo Regimento, que a matéria votada não pode haver nova deliberação do Conselho, e o que foi votado não pode ser objeto de nova votação, mas outras Câmaras podem ser criadas, o que é amparado



legalmente pelo Regimento. Faz a leitura no Decreto sobre a criação das Câmaras Técnicas. **Conselheira Cynthia Luz** que reforça a posição do Conselheiro Benedito, e alerta que qualquer resolução pode ser revogada e feita outra. E não há nenhuma objeção regimental quanto à votação de novas Câmaras. A Portaria que instituiu o Conasp transitório tem caráter provisório. E as deliberações votadas são transitórias. Em segundo lugar, é necessário rever as atividades, objetivos e atribuições das Câmaras tendo em vista a nova composição do Conasp. Como o poderá haver escolhas, se os conselheiros que estão entrando agora, não tem conhecimento do funcionamento. Assim, os novos encontrarão muita dificuldade de se encontrar nas Câmaras já constituídas. O Presidente esclarece a conselheira sobre o amparo legal sobre a criação das Câmaras Técnicas, que possivelmente houve um equívoco da conselheira sobre isso, mas que não objeção legal e que a mesa não se opõe na criação de novas Câmaras Técnicas. A **Conselheira Cynthia Luz** esclarece que apesar disso não muda o aspecto político e legais da discussão, e caso o Conselho entenda, poderá ser modificada a deliberação do Conselho transitório no tocante a criação das Câmaras Técnicas. A presidência faz esclarecimentos e destaca a importância de se passar à deliberação. **Conselheiro Alexandre** concorda com os Conselheiros Benedito e Cynthia e diz que não há nenhum impedimento regimental em fazer nova rediscussão de criação de novas Câmaras Técnicas, estudando as possibilidades de revogação, criação e fusão etc. Pede que haja uma proposta de encaminhamento no sentido de iniciar uma discussão para os esclarecimentos sobre se são apropriadas ou não e qual a contribuição do conselho anterior para a composição dessas Câmaras Técnicas. O Presidente reforça que a mesa não se opõe à nova configuração de Câmaras Técnicas, e que na verdade existe um embate regimental no tocante a revogação e não a criação de novas Câmaras. **Conselheiro Gandra** solicita uma proposta de alteração nestas Câmaras, sem a necessidade de revogação e sim de adequação, ou seja, alterando os temas das Câmaras Técnicas. Considera importante redefinir as Câmaras Técnicas, fazendo um substitutivo para resolução já existente, sem precisar revogá-la. **ENCAMINHAMENTO.** A presidência alerta que a decisão sobre as Câmaras foram feitas em plenário na forma de debate e registrada em ata. Como não foram instituídas em resolução, elas podem ser repensadas e a resolução elaborada. **Conselheiro Almir** sugere suspender a plenária para o almoço e depois a retornar a discussão. A presidência consulta sobre o encaminhamento do Conselheiro Almir e abre para votação a sugestão. **Conselheira Tereza** sugere que antes da suspensão, defina-se o assunto a ser debatido na sessão da tarde em virtude do tema ser de relevância e de prestação de contas para a sociedade. **Conselheiro Benedito Mariano** reforça a sugestão da Conselheira Tereza e considera importante se definir o tema de debate e votação após o almoço. E que pelo caráter transitório pode ser revisto por este Conselho permanente pode ser revisto. Essas Câmaras Técnicas serão as ferramentas mais importantes de trabalho nesse ano. Como o Conselho é deliberativo, o plenário do Conselho tem prerrogativa para suprimir, extinguir as Câmaras existentes e formar outras. Conselheiro Bridi reforça a necessidade de definição de discussão a fim de saber se as Câmaras Técnicas atendem e o interessante é definir o que a Resolução vai tratar nas Câmaras, importando o que vai ser discutido dentro de cada uma, o importante é discutir o âmbito de discussão da Câmara, e não seu nome. **ENCAMINHAMENTO** é discutir à tarde a área de discussão da câmara e após isso, debater seus nomes. A presidência passa a palavra a **Conselheira Tereza** ratifica a proposta de 1º debater as que permanecem e seu âmbito de discussão, pois chegou neste momento e a mesa já modificou a questão da possibilidade de revogação das Resoluções, sugere então que se prossiga àquelas que serão extintas e modificadas serem de forma didática para que se possa dar prestação de contas para a sociedade. A presidência em posse da ata da 5ª Reunião Ordinária em que foram aprovadas as Câmaras Técnica com a presença da maioria do Conselho atual e há proposta de criação de novas Câmaras. A Secretaria Executiva já preparou um material de auxílio para a discussão e a mesa tem encaminhamento de dividir o pleno em grupos que pensariam a discussão dos temas que estão propostas, outro para analisar possíveis propostas de novas Câmaras Técnicas e ao final da tarde de hoje o grupo se reuniria empoderados passariam as discussões em plenária e pudesse ser deliberado. Após isso, passa-se a votação desses resultados. **Conselheiro Tião** pergunta se a Secretaria Executiva já preparou proposta de resoluções das Câmaras Técnicas. A mesa responde que sim e se for necessário providenciará cópia da



ata em que foram aprovadas as Câmaras atuais e sugere que um grupo paralelo para que não se prenda somente. **Conselheiro Tião** considera cabível a sugestão da mesa de encaminhamento da mesa. Conselheiro Mariano sugere que a Secretaria Executiva deve apresentar ao plenário o conteúdo de cada Câmara, não havendo a necessidade de divisão do grupo, para que não haja burocratização e pede que a Secretaria Executiva faça em vinte minutos o material de apresentação das Câmaras Técnica, sob a alegação que é perfeitamente possível, para que haja entendimento das propostas de funcionamento de cada Câmara. Após isso, vota-se a possibilidade de novas Câmaras ou extinção das já existentes. Diante do encaminhamento a mesa retira a proposta de divisão do pleno e acata a proposta do Conselheiro Mariano, solicita para que a Secretaria Executiva prepare o material solicitado para a explanação das Câmaras. Assim, retornarão Às 14h para apresentação da Secretaria Executiva, lembrando que essa apresentação não constitui uma proposta, mas apenas um relato sumarizado do que foi dito em ata. **Tarde - 14h44' Reinício dos Trabalhos** O Presidente interino abre os trabalhos às 14h44min cumprimentando a todos e a todas e informa que neste momento o Conselheiro Everardo substitui o Conselheiro Almir desejando-o boas vindas e passa a apresentação da explicação da proposta das Câmaras Técnicas. Marcelo Berdet é chamado à mesa para apresentação de linhas gerais sobre as Câmaras técnicas, contextualizando a discussão inicial sobre as Câmaras Técnicas. Destaca a importância de qualificar as discussões e decisões do Conasp. Exemplificando a Câmara de Avaliação e Gestão da Informação que pode fazer link com as políticas macros. Dentre os temas a serem discutidos nas câmaras técnicas coloca-se a importância dos radares e câmaras nas cidades que pertencem a sistemas que não se comunicam. Então caberia a câmara de gestão de informação discutir e deliberar ações como essa integração. A Secretaria Executiva elaborou slides para a apresentação. **Conselheiro Benedito Mariano** agradece ao Marcelo pela apresentação e pergunta se é momento de apresentar a análise da proposta apresentada e o encaminhamento. A mesa concorda que sim. Sugere modifique cinco Câmaras e que fiquem apenas duas Câmaras. A Câmara da Conseg pode ser uma ferramenta administrativa da Secretaria Executiva do Conasp, assim como a de gestão da informação. A de mobilização Social é desnecessária porque a segunda Conseg já vai mobilizar. A de Articulação também entra nessa lógica. Então ele sugere que entre no lugar dessas uma Câmara que trate sobre o sistema de segurança pública e instituições policiais. Assim, caberia uma discussão mais ampla. A segunda Câmara seria referente às políticas de prevenção e papel da sociedade civil para escutar a sociedade civil nos município, estado e União. Uma quarta câmara seria sobre o sistema prisional e acesso a justiça. Uma outra seria dedicada à discussão do papel dos municípios. Que uma outra dedicada à Segurança Pública e grupos vulneráveis seria o tema de uma 5ª câmara. Assim, seria 5 câmaras: 1. O Sistema de Segurança Pública e Instituições Policiais; 2. As políticas de prevenção e papel da sociedade civil; 3. O Papel dos Municípios na Política de Segurança Pública 4. O Sistema Prisional 5. Segurança Pública e Grupos Vulneráveis. O Presidente interino indaga se são seis Câmaras e esclarece que pela exiguidade do tempo que o tempo de fala será de três minutos e pede a colaboração dos demais na observância desse tempo e solicita que seja cancelado pela plenária o tempo de manifestação, sendo unânime o tempo de manifestação incluindo a mesa neste tempo. **Conselheiro Agadeilton** que em virtude da exiguidade do tempo e da relevância do tema, reforça a posição do Conselheiro Benedito, destaca que o título não significa e nem restringe o papel da Câmara e deve ser discutida a atribuição das Câmaras Técnicas e deve ser incorporada e que ninguém ira discordar disso, sendo a discussão de seu conteúdo muito mais importante. Assim, seria possível absorver as discussões das câmaras da forma mais adequada dentro dos títulos das Câmaras Técnicas. **Conselheiro Gandra** que considera muito importante, se não a mais importante é o acompanhamento das diretrizes da Conseg, pois é o carro chefe das demais discussões das outras Câmaras Técnicas. Então a forma que essa câmara vai agir e interagir com esse tema. **Conselheiro José Roberto Neves** gostaria de realizar uma sugestão, mas se sente contemplado com a fala do Conselheiro Agadeilton e do Conselheiro Gandra e uma das competências da plenária e que este tema não seja deixado somente a cargo da Secretaria Executiva, mas que seja posto no debate também da plenária. **Conselheira Cibele** sugere a inclusão das novas propostas redigidas e as sugestões do Conselheiro Benedito Mariano às demais Câmaras propostas pela Secretaria Executiva do Conasp. Que



tem como proposta as Câmaras de articulação política e mobilização social sejam acopladas. Destaca que a troca de nome da Câmara sobre atividade policial vai além da mudança de nome, ampliando consideravelmente o campo de atuação. Apóia a proposta do Conselheiro Benedito. O Presidente interino solicita à mesa que seja copiado o texto proposto pelo Conselheiro Benedito para que haja as inclusões e esclarece sobre as Câmaras e que a Câmara da Gestão da Informação já havia um andamento avançado em relação a outras. **Conselheiro Bridi** já se sente contemplado com a fala do Conselheiro Agadeilton e que o Conselho deve ter cuidado nas discussões com relação ao conteúdo. **Conselheira Tereza** propôs desde manhã pela abertura das áreas de discussão de cada uma das Câmaras. Assim, não ver a temática do acesso à justiça contemplada nessas Câmaras definidas, do Sistema Prisional e que deve ser tratado com todos os atores específicos desses temas. Porque quando não foram criadas, não se pensou na perspectiva da segurança pública e que todos devem se sentir contemplados. Reforça a posição dos Conselheiros Benedito e Cibele. Por exemplo, no âmbito da atividade policial, é fundamental ser discutida como um todo. Já em outros grupos como os de vulneráveis não estão contemplados nestas Câmaras proposta e sugere que poderia se explicar nas atribuições ou delimitação desses grupos ainda sugere a inclusão de duas Câmaras. **Conselheiro Everardo** na verdade as Câmaras devem está pautadas na política de estratégia da Senasp e nas diretrizes da 1ª Conseg, pois estamos no patamar de conselheiros em uma gestão permanente. Diz que falta no *roll* das Câmaras a discussão sobre a política de prevenção da política de segurança pública. A idéia de políticas integradas de prevenção, pois isso caberia ao Pronasci onde está à política de prevenção da SENASP, mas não está apresentado aqui, porque não estávamos como Conselho. Então deveria se criar uma integração dos programas do Pronasci tem definidos com o vínculo à política nacional de segurança pública. Deveria ter temas curtos, mas estratégicos e que fossem permanentes e cumpridos como estratégias na sociedade civil. A presidência solicita que aos conselheiros que apresentaram propostas verifique a absolvição das propostas originais. Passa a palavra ao **Conselheiro Tião** que diz que não há divergência entre as falas dos dois últimos conselheiros, é mais uma questão de composição e que já está colocada à questão da ampliação. E que fosse ponto por ponto e cada uma das Câmaras Técnicas e fosse alterando até chegar na decisão final. O Presidente interino entendeu a proposta como metodologia de condução dos trabalhos, sendo confirmado pelo Conselheiro, assim coloca em votação à proposta de metodologia do Conselheiro Tião e coloca em votação a proposta. Aceito pelo pleno e será seguida pela mesa. Passa a palavra ao **Conselheiro Nelson Constantino** reforça a proposta do Conselheiro Agadeilton e na proposta feita pelo Conselheiro Mariano, que a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública está contemplada o sistema de segurança pública de atividade policial sem a necessidade de criar mais uma Câmara. **Conselheira Cynthia Luz** sugere trocar “grupos vulneráveis” por “historicamente discriminados”, sendo a terminologia usada nas entidades de direitos humanos. **Conselheiro Cel. Mariano** faz coro com os Conselheiros Agadeilton e Bridi e tem alguns assuntos que não estão contemplados nas Câmaras, de forma objetiva para que não haja patinação. **Conselheiro Marcos Dias** não é simpático às câmaras anteriormente apresentadas, e pode ser trabalhado com que foi proposto, e a Câmara Temática deve ser respeitada da forma que foi decidida anteriormente, e sugere manter os nomes apresentados pela Secretaria Executiva do Conasp porque já foi trabalhada e discutida anteriormente pelo Conasp. Conselheiro Tião reforça a metodologia de aprovação das Câmaras para privilegiar a deliberação dos temas. **Conselheiro Benedito Mariano** reforça o que se está aprovando não é para próxima gestão, mas para o trabalho deles durante o ano. Não dá para ficar preso às decisões anteriores, porque essa é a 1ª reunião do Conasp eleito então é preciso determinar as prioridades dessa gestão. A partir disso, sugere que se o nome da Câmara sobre atividade policial atender ao âmbito da discussão mantenha-se ou modifique-se seu nome. O Presidente interino esclarece que não é a votação ainda, mas a tentativa de adequação da proposta do Conselheiro Benedito Mariano. **Conselheiro Agadeilton** sugere já discutir o nome e a atribuição das câmaras juntos. O Presidente interino a proposta que a mesa encaminha a proposta da Secretaria Executiva Conasp. Que Conclui então que se discuta a pertinência ou não das câmaras e após isso, suas atribuições sejam discutidas dentro das câmaras. Conselheiro Agadeilton alerta que o número máximo de câmaras é 9, pois cada conselheiro. Só poderá ficar



em uma Câmara, e cada uma delas deveria contar com os três segmentos do Conasp. **Conselheira Célia** considera feliz a proposta do Conselheiro Benedito Mariano porque amplia a discussão sobre a atividade policial. O que queremos é uma institucionalidade pública do papel da polícia. O Presidente solicita que os conselheiros que solicitem as falas que se atendem aos temas em discussão. **Conselheira Cynthia Ciarallo** solicita a possibilidade de se definir os temas e semânticas, agora e depois os nomes da Câmara, existem temas muito claros nas propostas, o nome da Câmara pode ser dado em outro momento e o importante definir o conteúdo. O Presidente diz que essa era a proposta da Secretaria Executiva, mas foi vencida pelo pleno. **Conselheira Cynthia Ciarallo** tem a impressão que está ampliando a discussão, passando para uma questão gráfica. O Presidente interino destaca que após a discussão das Câmaras, haverá a discussão da temática nos colóquios. **Conselheiro Jacine** pontua que em relação ao 1º tema acrescentaria a palavra justiça antes de sistema da segurança pública, em virtude de não poder haver nove Câmaras. **Conselheiro Mariano** destaca a idéia de substituir para não se chegar a nove Câmaras. Concorda com a proposta com a proposta do Conselheiro Nelson. Então retira a proposta de uma Câmara específica para os municípios, visto que ele já está contemplado na Câmara sobre sistema de segurança pública. **Conselheiro Geraldo Wanderley** concorda com o Conselheiro Benedito com relação com o número de Câmaras e sugere que o sistema penitenciário poderia ser incluindo na Câmara de sistema de segurança e instituições policiais, por ser mais robusto. **Conselheiro Heder** a título de contribuição e dentro do princípio da transversalidade sugere a seguinte redação: Segurança Pública, sistema prisional e acesso à justiça. **Conselheira Tereza** diz que existe uma secretaria para tratar somente o sistema prisional, separa-se às vezes da Secretaria de Justiça. Então o sistema prisional deve ser tratado de maneira isolada. **Conselheiro Cel. Mariano** informa que o Ministério da Educação reconheceu três novas áreas do conhecimento e da ciência, entre elas trânsito e penitenciária. Outra questão é a questão do Sistema Penitenciária. Então não ver problema de tratar sistema carcerário de forma isolada. Sugere incluir justiça e defesa da cidadania na opção da Câmara sobre atividade policial. A presidência solicita à mesa que seja colocada como proposta 3 a fim de viabilizar a votação. **Conselheiro Benedito Mariano** sugere manter isoladamente cada proposta de cada conselheiro e não juntar todas elas na mesma proposta. A presidência solicita para que seja breve possível para passar para a deliberação. **Conselheiro Tião** diz que estão fazendo a metodologia ao avesso, mas já que se encontra assim, colocaria o papel do município está muito mais ligado políticas integradas de prevenção, seria aconselhável colocar segurança pública municipal e integrada de prevenção e o papel da sociedade civil. O Presidente interino destaca que as propostas estão sendo registradas isoladamente, mas que todos os conselheiros estão tendo a oportunidade de realizar suas propostas de forma democrática. **Conselheiro Tião** esclarece que não acha errado, mas que o caminho é mais lento e apenas sugere colocar na Câmara de segurança pública municipal e integrada de prevenção, o papel da sociedade civil. **Conselheira Cynthia Luz** solicita esclarecimentos o porque do encaminhamento, uma vez que estava escrita e não lhe foi dada à palavra e o Presidente explica que em razão da proposta do Conselheiro Tião, as quatro propostas de texto elencadas e já seria necessário o andamento. **Conselheira Cynthia Luz** diz não ser necessário esclarecimento e retira o direito de fala em detrimento do andamento da reunião e se sentiu tolhida no seu direito de fala, deixa registrado que as coisas devem ser feitas com mais calma para que ninguém fique prejudicados em suas falas. **Conselheiro Hott** se apresenta por ser sua primeira fala e expressa que a Câmara está muito abrangente e está quase se tornando um Conasp, por conter todos os temas de segurança pública e que o tema prisional e acesso à justiça merecem um tema à parte e sistema de segurança e instituições já são por si só grandes demais para ficarem aglutinadas. A presidência destaca que já são 15:45 hs e possivelmente não haverá tempo para debater as demais câmaras. E que é necessário ter falas mais objetivas. Que não tem a intenção que tolir nenhuma fala. Que não é intenção de podar as falas do pleno, mas a proposta do Tião deveria se proceder de forma mais objetiva. Conselheiro Cel. Mariano solicita que retire a instituições policiais da defesa da cidadania. O Presidente coloca em regime de votação, a Câmara de n. 1, será definida dentre as 4 opções sugeridas pelo pleno: 1. Sistema de segurança pública e instituições policiais – 18 votos; (vencedora); 2. Segurança Pública Sistema Prisional e acesso à justiça - 3 votos; 3. Justiça,



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

sistema de segurança pública e instituições policiais - nenhum votos; 4. Justiça, defesa da cidadania e sistema de segurança pública - 2 votos; Nenhuma abstenção. A presidência procede a discussão da segunda Câmara sobre Conseqs. Pergunta a plenária se esta proposta está fundida em outra. A proposta apresentada do Conselheiro Mariano política integrada ce prevenção **Conselheiro Benedito Mariano** destaca que a sua proposta não é substituir pela “acompanhamento, monitoramento dos princípios e diretrizes da Conseq. Um encaminhamento é substituir o nome da câmara Conseq. Outra coisa é decidir se esse acompanhamento deve ser inserido dentro da câmara da Conseq. **Conselheiro Gandra** destaca que votar pela extinção da Conseq pode se prejudicar a votação seguinte. A presidência põe em votação a proposta de substituição da câmara CONSEG para Câmara de Acompanhamento e monitoramento dos princípios e diretrizes da CONSEG. **Conselheiro Alexandre** há 2 encaminhamentos. O Presidente interino Esclarece que é preciso falar no microfone e respeitar a fala dos conselheiros. **Conselheiro Alexandre** vota-se a mudança do nome ou extinção da câmara. O Presidente interino destaca que uma atribuição inicial seria promover a segunda CONSEG, agora criou-se outra atribuição que é acompanhar os princípios e diretrizes. **Conselheiro Tião** tem duas coisas diferentes: uma é que o acompanhamento das diretrizes seja feito pela Secretaria Executiva. Já a organização da próxima Conseq ficaria a cargo do pleno. O Presidente interino pergunta se há dúvida sobre esse processo de votação do nome da câmara da Conseq. **Conselheiro Bриди** está no Decreto a obrigação do Conselho de monitorar os princípios e diretrizes. Que tem presidente eleito que não veio a Conseq e isso precisa ser analisado. **Conselheiro Gandra** pede questão de ordem em virtude de prejuízo das propostas. Que há um desequilíbrio e disputa democrática... faz um apelo pois não há nenhum conselheiro mais importante que outro visto que ele era um conselheiro de 2ª categoria. O Presidente interino destaca que pelo regimento as intervenções de cada conselheiro será concedido o uso da palavra. Questões de ordem serão pertinentes à questão regimental. **Conselheiro Nóbrega** destaca que o número máximo de câmaras seria 9. No entanto tem o perigo de ficar câmaras sem ninguém e outras lotadas. Que então Câmaras com abrangência muito grande pode terminar em superlotação. Então antes de escolher as câmaras sugere que se defina quantas pessoas podem participar das mesmas. A presidência verifica que há 6 câmaras e que não há risco de ficar câmaras vazias. Que em tese, as reuniões das câmaras serão simultâneas para não haver risco de conselheiros ficarem em mais de uma. **Conselheiro Nóbrega** sugere que seja um conselheiro em cada câmara. O Presidente reforça a simultaneidade das câmaras. Encaminha a sugestão de tentar conciliar as propostas apresentadas. **Conselheiro Mariano** diz que a condução da mesa atrapalha a resolução dos trabalhos. Quando ele pede questão de ordem é para ser atendido de imediato, assim ele retira a proposta de monitoramento Conseq. Assim, ele não vai defender propostas em questão de ordem. Que então ele mantém o acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conseq aglutinada com a câmara de articulação. O Presidente consulta se o pleno está pronto para votação. Recapitula que a retirada da proposta do Conselheiro Mariano atende a proposta do Conselheiro Gandra. Nenhum conselheiro se opõe à votação. Assim, prossegue a votação sobre a manutenção da Câmara Técnica Conseq. Agora, o nome da câmara: Opção 1. Acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conseq. Opção 2. Conseq e mobilização social - **Conselheiro Gandra** – Sugere que se deve votar. Que outra proposta porque surgiu um fato novo. Que sugere então “Acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conseq e mobilização social”, sendo essa a opção 3. **Conselheiro Marcos Dias** pede esclarecimento sobre a sigla Conseq se refere às conferências que virão ou aos conselhos estaduais. O Presidente esclarece que Conseq é relativo a Conferências Nacionais. Que se procede a votação: Opção 1. Conseq e mobilização social – 4 votos; Opção 2. Acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conseq – 13 votos; Opção 3 - Acompanhamento dos princípios e diretrizes da CONSEG e mobilização social – 6 votos. Nenhuma abstenção. Fica aprovada então: “Acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conseq” o nome da 2ª câmara técnica. **Conselheiro Tião** sugere para a 3 câmara o nome: “Segurança municipal, política integrada de prevenção e o papel da sociedade civil. **Cons.** O Presidente sugere anotar e guardar a sugestão para a última câmara. Segue a votação então. 17 votos a favor, um voto contra e três abstenções. Aprovada esse nome. A mesa passa então a sugestões para a 4ª câmara. **Conselheiro Marcos Dias** sugere incluir sistema de justiça criminal. **Conselheira**



Tereza esclarece que o nome prisional abrange o preso nos três momentos do preso (em julgamento, dentro da prisão e o momento de soltura). Que prisão e crime são terminologias diferentes. **Conselheiro Geraldo** destaca a importância de se colocar o nome sistema prisional e política prisional. **Conselheiro ...** Não compreende a ligação entre acesso à justiça e política criminal. Assim, sugere então o nome “sistema prisional e acesso à cidadania”. **Conselheiro Marcos Dias** pensa em retirar. Que mas entende que é importante manter a opção 2. **Conselheira Cynthia Luz** que sempre tem problemas, mas entende que é importante destacar o nome sistema prisional devido a seus problemas específicos. Que então corre-se o risco de escamotiar essa questão trocando o nome dele. Retira a opção 3. **Conselheiro Bridi** sugere encaminhar. Foi retirada a opção 4. O Presidente interino consulta o pleno sobre a votação entre as opções 1 e 2. **Conselheira Tereza** quando se fala em política penal se discute tudo, não é só o preso. **Conselheiro Elder** sugere Sistema Prisional e o Acesso à Justiça. **Conselheira Tereza** destaca que a política penal abrange tudo. **Conselheiro Marcos Dias** que termo política criminal pode ser mais abrangente. Que a proposta é direcionar para política prisional com objetivo de não se perder o objeto da Câmara. **Conselheira Cynthia Luz** – Se subtraia o 2 e se mantenha a opção 1 que é mais completa. ... Esclarece que a pastoral carcerária está dentro da LEP... Então ao se trabalhar sistema penal se trabalha todos os aspectos. A presidência interrompe o debate e continua as inscrições. **Conselheiro Geraldo Wanderley** que considera que o termo política penal, apesar de conselheiros sugerirem - faz a 4ª sugestão **Conselheiro Nelson Constantino** que “Política de execução penal e acesso à justiça”. **Conselheiro Elder** defende o nome política penal, porque a política penal precisa ser discutida inclusive a legislação. **Conselheira Tereza** reforça que quando se fala Sistema Prisional e Acesso à Justiça tudo está sendo englobado. **Conselheiro Mariano** encaminhamento: Sistema prisional e acesso à justiça. Que a mesa consulta sobre a votação. **Conselheiro Almir** retira a proposta 4 (Política Prisional e de execução penal). **Conselheiro Geraldo Wanderley** que entre política penal e criminal, é fundamental colocar o tema reforçador que precisa o país precisa. Que a mesa alerta que ainda não é momento de defesa. **Conselheiro Nelson Constantino** retira a proposta 4 (**Sistema Prisional e Acesso à Cidadania**). A mesa consulta sobre a votação. Concordância. E em regime de votação há uma sugestão do mudar a ordem e extinguir a proposta em duplicidade, prossegue-se a votação; Opção 1 - sistema prisional e acesso à justiça – 22 votos; Opção 2 – Sistema Prisional, Política Penal e Política Prisional – 0 votos; Opção 3 Sistema Prisional, Política Criminal e o Acesso à Justiça – 2 votos. Passando a votação da 6ª Câmara. **Conselheira Cynthia Luz** sugere tirar Minorias e colocar historicamente discriminado porque a mulher, os negros e jovens não são melhorias; Opção 1. Segurança Pública e Grupos vulneráveis. Opção 2. Segurança Pública e grupos vulneráveis e minorias. O Presidente interino consulta o pleno sobre a necessidade de defesa. 4 votos pela defesa e 16 votos pela defesa das propostas. **Conselheiro Marcos Dias** - Pelo regimento, haverá defesa quando não haver consenso. **Conselheiro Benedito Mariano** retifica a leitura o regimento dizendo que o plenário já se sente satisfeito para votar entre as duas propostas. Que são duas questões diferentes. **Conselheiro Gandra** diz que é preciso seguir o regimento e entende que o Conselheiro Mariano está descumprindo o regimento. **Conselheiro Tião** corrobora a fala do Mariano. Que apela que a posição do plenário não vai mudar após a defesa. **Conselheiro Marcos Dias** considera importante haver a defesa. Ele ficou aguardando para fazer a defesa. Que quando se fala de grupos vulneráveis e minorias não é pejorativo. Que então está se falando daqueles que se opõem ao grupo dominante. A mesa prossegue à votação. Opção 1. Segurança Pública e Grupos discriminados - 14 votos; Opção 2. Segurança Pública, grupos vulneráveis e minorias – 9 votos; A mesa segue ao recebimento de sugestões para a Câmara Técnica n. 6; Opção 1. Orçamento e articulação institucional; Opção 2. Integração dos programas do PRONASCI **Conselheiro Bridi** faz a proposta n. 3: “Financiamento” substitui orçamento, ficando Financiamento e articulação constitucional. Opção 3: Financiamento e articulação constitucional **Conselheiro Alexandre** que sugere Política de Segurança Pública e Financiamento e PRONASCI; Opção 4: Sugere Política de Segurança Pública e financiamento e PRONASCI. **Conselheiro Gandra** propõe orçamento, financiamento de políticas de Segurança Pública. Opção 5 financiamento de políticas de Segurança Pública **Conselheiro Benedito Mariano** retira a opção 1, e apóia a três. **Cons**, .. Reitera a



opção dele. Opção 1 Integração dos programas do Pronasci – zero votos; Opção 2: Financiamento e articulação constitucional – 14 votos; Opção 3: Orçamento, Financiamento de políticas de segurança pública – 9 votos; Prossegue-se a votação da câmara 7 Câmara técnica de Gestão da Informação. **Conselheiro Cel. Mariano** chama atenção para o tema da segurança no trânsito. **Conselheiro Elder** no início, se o título original foi retirado. **Conselheiro Alexandre** sugere discutir e agregar mais temas ao nome de avaliação e gestão da informação. Opção 1. Câmara técnica de Gestão da Informação. Opção 2. Política de educação e segurança no trânsito. **Conselheiro Agadeilton** que destaca importância de se discutir a área de atuação e não o nome. **Conselheiro Elder** não houve propositura desse tema. Que ele já existia. **Conselheiro Hott** lembra que a discussão desse tema já era o mais avançado. Que a idéia não era discutir política de segurança pública. **Conselheiro Marcos Leôncio** defende o nome original da câmara porque é um embrião do observatório e não podemos abrir mão dele. **Conselheiro Agadeilton** é a Câmara Técnica mais importante para as demais. Que será muito necessário. **Conselheiro Eliana** que não ver o tema das drogas contemplado nas Câmaras já existentes. A mesa sugere focar na decisão sobre a câmara da informação e depois que seja apresentada uma sugestão de outra câmara sobre drogas. **Cons.** A mesa se disponibiliza por meio dos servidores, Anita, Aline e Marcelo para oferecer informação sobre essa câmara. **Conselheiro Alexandre** retira sua proposta de juntar com a câmara de política pública. A mesa passa a votação pela manutenção do nome original. Aprovada por votação unânime, sem nenhuma objeção. Sobre a câmara de políticas voltadas para o trânsito. **Conselheiro Mariano** pergunta se a participação do conselheiro em apenas um câmara é uma deliberação ou um indicativo. Porque se é indicativo, ele estaria apto a participar de outras câmaras e criar até 9. **Conselheira Cynthia Luz** lembra que estamos deliberando sobre uma estrutura de câmaras definitiva ou se é flexível. Porque se o simpósio apontar para outras temáticas ou as já contempladas por câmaras. **Conselheiro Agadeilton** sugere que para assuntos específicos, pode-se utilizar a prerrogativa das comissões temporárias garantida no capítulo 18 do regimento. **Conselheiro Hott** sobre a proposta de 8ª câmara. Acredita que o tema é desnecessário para criação de uma câmara. Então segurança viária é segurança pública. Que então quando formos à discussão de segurança pública. Que corremos o risco de ter duas câmaras discutir as mesmas coisas. Que a ONU declarou que 2011 e 2020 a década da segurança viária. **Conselheiro Tião** considera importante às questões colocadas, mas se pensasse uma câmara sobre políticas transversais de segurança pública, poderia se trabalhar vários temas. **Conselheiro Marcos Leôncio** que é preciso enfrentar a questão posta pelo Conselheiro Cel. Mariano sobre a participação de um conselheiro por câmara. Que vencida essa questão, pode-se passar a discussão de outras câmaras. **Conselheiro Marcos Dias** quando o assunto é trânsito, sua instituição não pode ficar omissa. Assim, considera prejudicial desvincular trânsito de segurança pública, concordando com a proposta de se criar comissões para se aprofundar os temas. **Conselheiro Cel. Mariano** chama atenção para importância de outros temas como os homicídios, motivando a criação de uma coordenação só de homicídios. **Cons.** A mesa chama atenção para as duas vertentes que tangenciam a construção de novas câmaras: os colóquios. Colocados pela Cynthia e a participação de cada conselheiro em apenas um câmara. **Conselheiro Nóbrega** diz que conforme a estrutura votada pela manhã, não afirma que a reunião das câmaras será pela manhã. A mesa destaca que se corre o risco de operacionalizar as reuniões não simultânea devido à dificuldade da Secretaria Executiva. Ele concorda com as razões colocadas, mas milita pela restrição de que cada conselheiro só possa participar de uma. Assim, já considera 7 um número bem razoável. **ENCAMINHAMENTO** **Conselheiro Benedito Mariano** alerta que isso não pode ser uma camisa de forças. Que indica que cada conselheiro só participe de uma câmara, podendo ser ampliada para no máximo duas, caso as reuniões não sejam simultâneas. Assim, as câmaras aprovadas já são muito amplas. Qual o formato de composição das câmaras. Então sugere que os três segmentos sejam contemplados em todas as câmaras. **Conselheiro Nóbrega** considera a importância de se contribuir para política pública. Que reforça a proposta do Conselheiro Benedito Mariano, de um representante de cada segmento em cada câmara e um conselheiro só participe de uma Câmara. **Cons. Kkk** – Caso não se crie uma câmara para homicídios, trânsito etc, seja criada pelo menos a comissão para esses temas. **Conselheiro Gandra** concorda com a proposta,



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

diferenciar Câmara Técnico de Grupo de Temática. **Conselheiro Bridi** sugere que cada câmara pode ter no máximo 5 integrantes em cada uma das 7 câmaras. Que a Câmara não decide a questão, ela vai ao pleno. **Conselheira Tereza** sabe que a responsabilidade do Conasp é para o titular, mas questiona se é possível de uma mesma instituição participar de duas câmaras por meio do suplente. A mesa alerta que a matéria encaminhada ao pleno pelo suplente pode ser prejudicada. O Pleno indaga se o suplente pode ter direito à fala. A mesa alerta que esse direito de fala só é válido em caso de ausência do titular. **Conselheiro Agadeilton** lê o regimento sobre o direito de fala do suplente durante ausência do titular. **Conselheiro Heder** alerta a necessidade de segurança jurídica das câmaras. ... Então ele sugere garantir uma garantia para que elas não sejam extintas. A mesa alerta que esse será o próximo tema tratado pelo plenário. **Conselheiro Tião** o ponto sobre a possibilidade de haver outra câmara ou não, ele solicita encaminhar a resolução. A mesa recapitula as sugestões, lendo o que foi anotado pela mesa. **Conselheiro Hott** sugere uma metodologia: que se vote cada uma das sugestões sendo: Quantidade de câmaras técnicas: no máximo 7; **Conselheiro Cel. Mariano** diz que a proposta de grupo temáticos para os temas não contemplados pelas câmaras em grupos temáticos. A mesa prossegue a discussão de questões preliminares. - Quantidade de participantes por câmara: Opção 1: 1 entidade só pode participar de uma câmara Opção 2: uma entidade poderá integrar até 2 Câmaras Técnicas. **Conselheiro Benedito Mariano** indaga sobre a possibilidade de entidades que compartilham cadeiras poderá participar de mais de uma câmara. **Conselheiro Marcos Costa** não acredita coerente quem compartilha voto participar de diferentes câmaras, tendo direito a mais de um voto. A mesa sugere suspender a sessão pro *coffee break* e retornar mais tarde. Sugestão acatada. Retorno às 18:45 sobre a participação nas câmaras. A mesa abre a sugestões dos conselheiros. **Conselheiro Mariano** acredita que devem prevalecer nas câmaras as mesmas regras do plenário. Que ele acrescenta então a restrição de no caso de que compartilha cadeira poder participar em apenas uma câmara. **Conselheira Cynthia** devido a condição econômica de cada segmento ela concorda com a restrição do Mariano. **Conselheiro Agadeilton** percebe uma oposição pelo CONASP atual ao compartilhamento de cadeira. Que o segmento que foi contemplado com essa modalidade teve que escolher seu titular e suplente. A mesa informa que não responde pelo Ministério da Justiça, mas alerta que os gestores foram escolhidos pelo MJ. Então a opção definida pelo Ministro da Justiça foi para garantir a participação dos gestores no CONASP. **Conselheiro Agadeilton** reforça então que a decisão do conselho no estabelecimento da regra de proibição do compartilhamento de cadeira não foi respeitada pelo Ministério da Justiça. Que nomear os gestores seria um arranjo para colocar no Conselho pessoas não eleitas. A mesa esclarece que a decisão de nomear gestores não foi arranjo. **Conselheiro Gandra** propõe que seja mantida cada uma entidade, mas não apenas as que compartilham. Que ele se sente contemplado pela opção n. 1. **Conselheiro Benedito Mariano** se dirige a Agadeilton reforça que todo processo de eleição foi votado incluindo a sociedade civil. A discussão sempre se dirigia a trabalhadores e sociedade civil, não se remetendo a gestores. Isso serve para esclarecer que se não estiver claro no regimento a regra clara, vale a pena discutir. Mas a decisão de escolha dos gestores é exclusividade do Ministério da Justiça. **Conselheiro Agadeilton** esclarece a palavra arranjo não é pejorativa da atitude do MJ. Recorda-se que nas reuniões que ele participou no ano anterior, ele se recorda de que tinha a decisão em ata sobre a proibição de quem compartilha cadeira só poder votar uma vez. A mesa lembra que essa discussão foi amplamente feita no período da votação. **Conselheiro Tião** encaminha para votação das opções de participação nas câmaras para que se possa trabalhar no dia seguinte. A mesa prossegue a leitura das propostas. Opção 1: Uma entidade só poderá uma única câmara, e no caso de compartilhamento de cadeira, os dois representantes deverão participar da mesma câmara. – 18 votos. Opção 2: Uma entidade poderá participar de até duas câmaras distintas. – nenhum voto. Uma abstenção. Vencida a proposta n. 1. A mesa passa a votação da forma de participação dos suplentes: **Conselheiro Heder** se as entidades que compartilham cadeira participaram da mesma câmara, sugere-se que o mesmo seja feito em relação aos suplentes. Sendo que as despesas da entidade. **Conselheiro Nóbrega** indaga sobre a participação do suplente. A mesa conclui que o suplente pode participar da mesma câmara do titular e sem direito de voto o que é acatado pelo pleno. **Conselheiro Tião** discorda da decisão porque se o regimento possibilita participar sem direito a voto das



reuniões, seria mais rico que ele participasse de outra câmara. **Conselheiro Marcos Leôncio** entende que a situação da DPF e DPRF é a mesma da gestão anterior. Se havia discordância entre os compartilhadores de cadeira, anula-se o voto. **Conselheiro Agadeilton** diz que se o suplente não terá direito a voto, ele terá direito a que. **Conselheira Cynthia Luz** não dá para ter dois pesos e 2 medidas. Que se o suplente vem a suas expensas, há um desequilíbrio na proposta do Conselheiro Tião. Que a paridade deve ser zelada para não haver esse desequilíbrio. Que é necessário aplicar a mesma regra do regimento. **Conselheira Tereza** esclarece que tudo se derruba com a primeira votação. Derruba inclusive a proposta de Tião. Apesar de ela defender que a entidade poderia participar de até duas câmaras, concorda com o que foi votado: participar de apenas 1 Câmara. **Conselheiro Heder** que no que se refere à sociedade civil financiando os suplentes é praticamente impossível. Outra questão é de esclarecimento: quem financia a vinda dos segundo gestor que compartilha cadeira? O Presidente interino esclarece que o Governo Federal financia a vinda desses gestores. Que as regras para composição do conasp pelos gestores foi escolha do Ministério da Justiça. Que no momento da inscrição para eleição, as entidades de sociedade civil deveriam optar pelo compartilhamento. **Conselheiro Marcos Dias** alerta que existe um novo decreto regulamentando o CONASP. Que antes o conselho era vinculado a Senasp, agora é ao Gabinete do Ministro. Antes o conselheiro suplente tinha direito à voto, e agora não. Que o parágrafo 2º do decreto estabelece que o suplente tem direito a voz. Ele insiste em que o pleno rejeitou a decisão do pleno em dar voto ao suplente. Acredita ainda que temos que respeitar a proporcionalidade entre os três segmentos. **Conselheiro Celito** representa a Associação Brasileira de criminalística. Alerta que o regimento é omissivo em relação ao voto do suplente. Que assim, terá que rever a participação dessas entidades que compartilham. Que Se a direito a voz de mais de um, na hora do voto não poderia haver mais de um voto inclusive na hora da participação das câmaras. Que Defende o direito de apenas voz aos suplentes na câmara. **Conselheiro Gilson** que muitos votos foram perdidos quando as instituições têm opiniões diferentes. Que acredita que estamos discutindo um assunto superado. **Conselheiro Cel. Mariano ...** **Conselheiro José Roberto Neves** diz que a titularidade e a suplência é importante, mas no artigo 27 do regimento está omissa a questão do compartilhamento de cadeiras. Que o que parece fundamental é entender que no caso das entidades que compartilham a cadeira. Que ele acredita que a regra nesse caso deve ser a mesma entre titulares e suplentes. **Conselheiro Marcos Leôncio** acredita que só um deve ter direito a voto porque isso faz parte do acordo anterior entre eles. **Conselheiro Geraldo Wanderley** defende também que só tenha voto quem é o representante atual da cadeira. O Presidente sugere que se prossiga a votação das sugestões construídas até agora em razão do avanço da hora. **Conselheira Cynthia Luz** diz que muitos pontos do Decreto que chocaram. Que, pois muitas desrespeitaram as decisões e trabalhos construídos pelo Conasp. Que relembra que isso ocorreu na Comissão Organizadora Nacional quando o Presidente Lula por Decreto nomeou o Conasp transitório. Que a Regina Miki falou sobre isso na Comissão Organizadora Nacional que resultou de uma Carta de Compromisso em relação ao respeito às decisões do Conasp. A mesa destaca que não acha irrelevante esse tema. Augusto acredita que com a abertura desse tema para sociedade por parte do Governo Federal, reforça essa postura de respeito às decisões do Conselho. Que essa discussão é maior e importante para a política. Que a sugestão da mesa é que aceite as sugestões já feitas e se vote o que está posto. **Conselheira Cynthia Luz** reforça que o adiantado da hora não é argumento para o encerramento da discussão. Se for preciso ficar até mais tarde para concluir esse debate. **Conselheiro Tião** acredita que chegaram até o momento nessa discussão prova que um dia de reunião é ilusória tendo em vista a complexidade dos temas. Sugere suspender a reunião e se volte amanhã com a cabeça mais fria. **Conselheiro Gandra** enquanto representante dos policiais civis, sugere que se faça o documento solicitando a elaboração de um novo decreto considerando a opinião do Conasp. Que sugere chamar uma reunião para fazer um requerimento para o Ministro. Que esse decreto compromete o funcionamento do Conselho. Que assume a confusão que fez nas votações nas quais ele votou em algo que não concordava. A mesa conclui que a sugestão do conselheiro é suspender a votação da participação da câmara técnica. **Conselheiro Marcos Dias** considera a questão crucial tendo em vista que o decreto não considera a decisão do Conasp quando dá poder de voz ao suplente. Além disso, eles consideram que solicitaram a



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

ampliação do número de vagas desse conselho, mas foram informados que o custo de alteração do Decreto era muito alto para ser alterado. No entanto, o Decreto veio em 30 de dezembro, modificando toda conjuntura. Que assim ele reforça que o Ministério da Justiça respeite a decisão do Conasp de não haver compartilhamento de cadeira pelos gestores. A mesa esclarece que se suspender à votação em função do decreto, podemos todos voltar pro seu estado. Assim, perder-se-á a oportunidade de discutir as demais questões previstas em pauta. **Conselheiro Marcos Dias** acredita que se for preciso voltar aos seus estados que assim seja, porque eles não estão sendo tratados como conselheiros. Que assim, é caso de voltarem para casa, porque não tem sentido ficarem aí. **Conselheiro Cel. Mariano** propõe que é perfeitamente possível retomar o trabalho amanhã independente do decreto. Que a alteração do Decreto pode ser feita posteriormente. **Conselheiro Benedito Mariano** que não concorda com a avaliação dos Conselheiros Marcos Dias e Gandra de parar tudo devido ao decreto. Assim, não considera relevante parar tudo. Como foi ele que levantou a questão do compartilhamento de cadeira, ele se sente à vontade em suspender essa discussão até amanhã. Que considera as regras do regimento omissas em relação às regras válidas para os gestores. Assim, não se pode dizer que a decisão do Ministério da Justiça desrespeitou a decisão do Conasp, porque o Regimento é omissa nesse ponto. Que assim, ele não é suplente do Gilson, se o conselho que ele representa decide outra coisa, ele acata ou sai, mas não vai criar uma animosidade por esse fato. **Conselheira Cibele** não se surpreende com essas tensões na 1ª reunião, porque desde o começo as regras não foram claras. Assim, isso é consequência do processo. Sugere suspender a reunião até amanhã. **Conselheira Bridi** aceita suspender, mas sugere que o 1º item de debate de amanhã seja mudança do decreto e do regimento. A mesa encaminha a proposta para amanhã essa proposta e recapitula a pauta prevista que segue: Apresentação das Resoluções das Câmaras Técnicas; Instituição da Comissão de Ética; Informes da Secretaria Executiva; Informes Gerais dos Conselheiros; Encaminhamentos e Encerramento. Encerrada reunião às 20h8h e retornará às 9h do dia seguinte.

11 de fevereiro (6ª feira)

Manhã. 9 h 36' Início da reunião. Leitura da pauta aprovada no dia anterior por Suelen Sales. **Conselheiro Almir** solicita suspensão da reunião para os conselheiros conversarem sobre questões de seu interesse. A mesa consulta o pleno sobre a possibilidade dessa suspensão. O pleno aceita e a sessão fosse suspensa por 15 minutos. A mesa reinicia a sessão retomada às 9h 55min. **Conselheira Tereza** que coloca que o Decreto é uma coisa que deve ser que todos, mas conclui que ele não tira o poder de decisão do Conasp. Dessa forma, sugere que das próximas vezes o Ministério da Justiça consulte o CNJ e outros conselhos para evitar tensões como ocorrida ontem. Que quanto mais aprofundado o estudo sobre as decisões que interessam melhor será as ações. A mesa informa que o congresso e outros órgãos fora convidados para a formulação desse Decreto, inclusive Conselheiro Losekan. Que assim, consulta o pleno sobre o retorno da sessão. **Conselheiro Tião** pede questão de ordem. Houve consenso entre os membros da sociedade civil em apresentar a sugestão de que na próxima plenária, os suplentes estejam presentes às custas do MJ já que eles tem direitos à voz segundo o Decreto 7413/2010. **Conselheiro Nelson** lembra que o custeamento dos suplentes pelo Ministério da Justiça está prevista no Decreto quando menciona que os suplentes participaram quando houver orçamento disponível. **Conselheira Cynthia Luz** solicita apresentação de lista com nomes de todos conselheiros pela Secretaria Executiva. **Conselheiro Almir** que apóia o que foi "consensuado" e pede uma salva de palmas o que foi atendida. **Conselheiro Cel. Mariano** apóia também a decisão da sociedade civil. Que no seu entendimento, grande parte do conflito que está sendo discutido ocorre porque não se aprovou uma justificativa da participação dos gestores. Que por razões de caráter interno do executivo, é oportuno um encontro extraordinário para se aprofundar essa questão. **Conselheiro Marcos Costa** havia uma mensagem clara do Governo Federal de que o decreto não seria mexido, que seria muito complicado. No entanto o decreto saiu no último dia do ano. Que há instituições fundamentais para seg. pública como a Defensoria que está aqui, mas a OAB não está porque perdeu a eleição. Que então apóia uma decisão do conselho que afirme o custeamento dos suplentes pelo Ministério de Justiça. **Conselheiro Tiezzi** que sugere uma 3ª proposta no item participação para não limitar o número de



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

participantes em cada câmara. Como a intenção é que se discuta o tema, não podemos limitar o número máximo de participantes. **A mesa chama atenção que não foi discutido isso ontem. Informa que segundo o encaminhamento** de Tião, qual é a concordância do pleno. A proposta é aprovada por 18 votos. A segunda proposta do Tião é consultada no pleno que sobre a realização de reunião extraordinária acoplada ao colóquio para debate desse assunto. Aprovada por 23 votos. **Conselheiro Tião sugere que essa reunião seja realizada 23 de março 1 dia antes do colóquio. Aprovada por unanimidade.** Seguindo a pauta, a mesa faz encaminhamento da Conselheira Tereza sobre a participação que sugere que esse encaminhamento fique para reunião sobre debate do Decreto. **Conselheiro Marcos Costa** não vê nenhum prejuízo em trabalhar no funcionamento das Câmaras técnicas agora até porque os suplentes não tem direito a voto. **Conselheiro Raquel** se há definição de que os suplentes venham custeados, sugere que deixemos essa resolução sobre a câmara o mais geral possível. **Conselheiro Tereza** que quando as custas sejam suportadas pelo Ministério da Justiça, está garantida a presença do suplente no Decreto (Art 5º, §3º), insiste que a definição da participação das câmaras fique postergado. **Conselheiro Almir** que foi acatado em aprovar em plenário em que os suplentes virão na próxima reunião às custas do Ministério da Justiça, então sugere que não gastemos energia nesse assunto que já está resolvido e o queremos em assuntos que podemos contribuir. **Conselheira Tereza** insiste se há possibilidade de na próxima reunião rever esse ponto. Que entende a inquietação do conselheiro, sabe que já foi decidido, mas pergunta se pode ser discutido na próxima reunião. **Conselheiro Marcos Dias** acha que devemos acatar a sugestão do Conselheiro Almir. Se as regras mudarem, esse pleno tem direito de alterar a resolução. Assim, acha mais econômico em elaborarmos uma resolução conforme as regras atuais. **Conselheiro Tião** que pode criar uma nova regra a luz da nova regra. A mesa consulta o pleno sobre o retorno da discussão sobre a participação. Aprovada por 17votos favoráveis e 3 contrários. **Conselheiro Agadeilton** gostaria que ficasse registrado que essa modificação ficou atrelada a ocorrência de um fato novo. **Conselheiro José Roberto Neves** – Propõe que a participação dos suplentes em câmaras técnicas diferentes. **Conselheiro Cel. Mariano** que seja feita uma cópia da opção 1, mas com apenas um representante. **Conselheiro Bridi** volta a lembrar que não pode se considerar um por câmara porque o número não fecha. Que vai sobrar conselheiro. **Marcos Costa** não estamos fazer bem a matemática. Duas entidades distintas poderão está na mesma câmara. Que a sua sugestão é que o representante (cons. Titular e suplente) de cada entidade só participe em uma câmara temática. **Conselheiro Benedito Mariano** que acrescenta a possibilidade de qualquer segmento. **Conselheiro Marcos Costa** a discussão sobre os suplentes sucinta uma questão mal resolvida nesse Conselho. Que propõe um número máximo de Câmaras Técnicas. Que é importante que os conselheiros podem participar. **Conselheiro Nóbrega** diz o caráter do suplente é substituir o titular, logo é interessante que acompanhe o titular na mesma câmara. Assim, ele pode substituí-lo na sua falta. Dividindo os dois em cada câmara, fica impossível o suplente acompanhar a discussão e votar pelo titular na sua falta. **Conselheiro Almir** acredita que em qualquer lugar que o suplente estiver ele tenha direito somente a voz, mesmo estando em Câmara diferente do suplente. Lembra ainda que o definitivo é o plenário, não decidindo assim nada. **Conselheira Cynthia Luz** que a proposta 6 está de bom tamanho. Não tem possibilidade de participação podendo o suplente participar em Câmara diferente do suplente, pois não faz sentido cercar a participação do suplente. **Conselheiro Mariano** sugere que o titular e o suplente participe de no máximo 2 câmaras, porque a decisão política é do plenário. A decisão é aqui, o suplente não volta, então deixa o debate fluir, valendo essa regra inclusive para quem tem cadeira compartilhada. **Marcos Costa** corrige a redação da opção 7: As entidades poderão participar de até 2 Câmaras Técnicas, podendo a presença nas reuniões ser do titular ou suplente, ambos com direito a voto. **Conselheiro Mariano** ratifica que sua proposta de que o direito a voto é só do titular. **A mesa lembra que por regimento só o titular tem direito a voto.** **Conselheiro Tião** na opção 9, será garantida a presença dos três segmentos em cada câmara técnica. **Conselheiro Benito** verifica se sua sugestão é a mesma ou diferente do Mariano, afirmando que se esclareça que o direito de apenas à voz do suplente só em caso de ausência do titular. **Conselheiro Mariano** acompanha o Conselheiro Tião na garantia da presença do três segmentos nas câmaras. **Conselheiro Benito** acrescenta outra proposta então: “garantindo a presença dos 3 segmentos



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

sem limite de participantes em cada câmara técnica. **Conselheiro José Roberto Neves** diz que parece confuso as diversas proposta da colega. Que acha que o Ministério Público deve estar na Câmara sobre o sistema prisional, mas não sabe se será possível enviar pelo menos um suplente para essa discussão. Assim, retira a opção 4 por está contemplada na sete. **Conselheiro Bridi** faz outra proposta. Sugere que o suplente fique livre para participar de qualquer Câmara. Como o suplente tem direito apenas a voz, é menos burocrático deixar livre do que engessar essa participação. **Cons. Cel. Mariano** vê a participação de duas pessoas na Câmara pode influenciar. Que então retira a opção 5. **Conselheiro Marcos Rezende** se preocupa como os suplentes virão, porque não há uma definição de custeamento pelo Ministério da Justiça. Como a garantia de pagamento das custas é só da próxima e não de todas, tem-se um problema porque os gestores podem vir em todas, mas a sociedade civil não tem como custear. Assim, pode-se colocar em *check* a isonomia. Se não colocarmos em definido que o governo vai custear, não tem como garantir a participação isonômica. **Cons. Agadeilton** diz que pelo menos para as Câmaras Técnicas, o governo deverá arcar com as custas do suplente. **Conselheiro Celito (suplente)** fala que as Câmaras Técnicas são para assessoramento do pleno onde se dará a grande discussão. Então volta a sugestão do Bridi de que se determina máximo e mínimo. **Conselheiro Bridi** sugere na sua opção que se fixe o número de máximo 5 a escolha do suplente é livre desde que custeado pelo Ministério da Justiça. Assim não é necessário voltar ao Decreto. **Conselheiro Celito** pede encaminhamento dessas propostas, visto que já se tem 10 opções. E se aglutine para votação. **Conselheiro Benedito Mariano** se dirige ao Conselheiro Marcos Rezende sugerindo que o plenário aprove a participação do suplente. **Conselheiro Almir** diz que perspectiva da reunião de março seja definido que o suplente participe das reuniões do Conasp e das suas Câmaras. Reforça ainda que as 7 câmaras técnicas são de interesse dos três segmentos, se dirigindo à colocação de Marcos Costa que se preocupa com a participação da OAB na Câmara sobre Política Prisional. Reforça a proposta de participação do suplente em apenas uma câmara para evitar que ele fique passeando entre as câmaras. **Conselheiro Rezende** no mundo das idéias, não quer abrir mão de que se não se tiver certeza do custeamento dos suplentes pelo Ministério da Justiça. Que assim, faz o encaminhamento de uma suspensão do pleno para uma reflexão sobre essa questão. **Conselheiro Mariano** encaminha uma aprovação de que o suplente participe das reuniões ordinárias e das Câmaras. **Marcos Rezende** suspende seu encaminhamento. **Conselheiro Marcos Costa** que no caso das reuniões da câmara temática, as reuniões sejam menores para mastigar as convergências e divergências para pleno a exemplo da Comissão Eleitoral, que foi uma missão recebida do pleno. Sugere então que reunião da câmara fique fechada e se garanta a participação de só um suplente. **Conselheiro Tião** encaminha votar as duas propostas. A mesa promove a votação que aprova a votação das duas propostas: 1. Serão custeados para todas as reuniões do Conasp os titulares e suplentes. 2. Serão convocados e custeados para a plenária o titular e o suplente e representantes de cada entidades, sendo que nas reuniões das Câmaras Técnicas participarão apenas os conselheiros designados. O Presidente interino indaga sobre a possibilidade de se colocar em votação, sem objeções, aprova-se por 16 votos a opção 1) contra 3 votos da opção 2) e duas abstenções. Consulta-se sobre a possibilidade de votação. Concordância. A presidência abre votação. Opção 1: 0 votos; Opção 2: 0 votos; Opção 3: 1 votos; Opção 4: 0 votos; Opção 5: 0 votos; Opção 6: 0 votos; Opção 7: O Presidente interino questiona a retificação do texto. Em razão da colocação do não texto devido, os senhores que apresentaram as propostas poderão retocar suas propostas. Lembrando que já estamos em regime de votação e apenas os que fizeram as propostas poderão retocar. **Conselheiro Bridi** sugere que mediante a ratificação do texto, que seja iniciada a votação novamente. A presidência acolhe o encaminhamento do Conselheiro Bridi. **Conselheiro Benito: ...** **Conselheiro Benedito Mariano** diz que a mesa não colocou a sua proposta. O conselheiro titular e suplente pode participar no Máximo de duas Câmaras (suplente com direito de voz apenas), garantindo os três segmentos. O Presidente interino indaga sobre a proposta de texto colocada pelo Conselheiro. **Conselheiro Benedito Mariano** faz modificação e se sente contemplado. A plenária coloca que a 7 esta igual a cinco. **Conselheiro Benedito Mariano** pede para retirar a sete ou a cinco. O Presidente procede à leitura de todas as opções para todos possam acompanhar. Inicia a leitura da proposta um e recomeça a votação. Opção 1: 7 votos; Opção 2: 1 voto; Opção 3: 0 votos; Opção 4: 0 votos



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

(igual a proposta 1); Opção 5: 0 votos; Opção 6: 11 votos; Opção 7: 1 voto; Opção 8: 0 votos. A presidência solicita a permanência das opções 1 e 6 e anular as demais; Opção 1: 6 votos; Opção 6: 13 votos; Abstenção: 3 votos. Vencedora a opção 6. O Presidente passa ao próximo ponto e questiona a Plenária se a questão do suplente esta superada. A Plenária concorda que está superado. A presidência questiona se o número de participantes por Câmara não está superada. Não havendo a concordância da Plenária O Presidente interino abre a discussão sobre os números de participantes para as Câmaras. **Conselheiro Bridi** propõe definir número mínimo, sugestão de 4 participantes. Plenária: o mínimo já esta definido, é três por causa da proporcionalidade. **Conselheiro Bridi** sustenta o mínimo como 4. A presidência solicita a formulação de texto. **Conselheiro Bridi** sugere que número de participantes seja de no mínimo 4. **Conselheiro Benedito Mariano** diz que a opção um já contempla a questão de paridade, o um já foi vencido na votação. Se já foi vencido não precisa ser colocado novamente. A presidência solicita para retirar a opção 1. **Conselheiro José Neves** sugere para as Câmaras não haverem limites de participantes. **Conselheiro Marcos Costa** questiona que sem limite poderá trazer problemas pela questão do recurso. Sugere que mínimo de um para cada segmento. Tem que ter um limite tendo em consideração o recurso. **Conselheiro Bridi** reforça a fala do Conselheiro Marcos Costa. São sete Câmaras, permitida a participação do suplente, uma Câmara poderá ser em tese maior do que esta plenária. Devemos limitar a Câmara para não ser maior do que a plenária. Limite Maximo de doze participantes por Câmara técnica. **Conselheiro Benito** diz está preocupado com a fala, pois a limitação cercea a fala. Este é o intuito. Se vai ter custo maior, a participação é prioritária. Que mesmo prezando pelo erário, a participação é mais importante. **Conselheiro Elder** sugere no mínimo três, pelas representações e no máximo 5, considerando os titulares. Se considerar os suplentes, no mínimo 6 e no Maximo 10. Plenária: já está garantida a participação dos suplentes. **Conselheira Tereza** sugere agregar a proposta um com a proposta quatro. A Plenária discorda. **Conselheiro Almir** sente-se contemplado pela proposta de número 2. A presidência indaga sobre a possibilidade de se iniciar a votação. Concordância da Plenária. Aberto o regime de votação. Opção 1: 1 voto ; Opção 2: 17 votos; Abstenção: 2 votos. A presidência solicita ao pleno avançar para o próximo passo que seria a composição das Câmaras Técnicas. Vamos fazer a leitura das Câmaras Técnicas. 1. Sistema de Segurança Publica e Instituições Policiais; 2. Acompanhamentos dos princípios e diretrizes da Conseg; 3. Segurança Municipal; 4. Sistema Prisional; 5. Políticas de Segurança; 6; 7; 8; 9. A presidência solicita a retirada da Câmara 8. Sugere ainda como encaminhamento o intervalo para almoço. **Conselheiro Marcos Costa** diz que as Câmaras Técnicas são locais de convergência e divergência e estas devem ser trazidas para a Plenária. Que retira o peso da questão do voto, mas sim realizar o exercício do debate, da discussão. **Conselheiro Benedito Mariano** informa que vai sair mais cedo, pois é aniversário. Pede também para ficar em duas Câmaras: a um e a três. Pede a compreensão dos companheiros pela sua saída. **Conselheiro Heder** solicita uma pausa a fim dos trabalhadores se reunirem antes do almoço para discutir as participações nas Câmaras. O Presidente interino coloca a disposição das salas do Conasp. **Conselheiro Heder** solicita Secretaria Executiva para imprimir a lista de Câmaras. **Conselheiro Agadeilton** diz que desde ontem já havia dito que o titulo da Câmara não diz tudo sobre ela, e sim qual o escopo de cada uma. É difícil escolher uma Câmara somente pelo titulo. Questiona se na programação está um momento para definir o papel de cada Câmara. O Presidente esclarece que na pauta isto estava para o dia anterior. **Conselheiro Almir** concorda com o Conselheiro Agadeilton, mas não há tempo para isso. Que pode ser definido melhor no Colóquio. **Conselheira Cynthia Luz** informa a sua saída e do Conselheiro Tião também, não sei como iremos organizar isso, se fazermos isso antes do almoço ou no colóquio. Então convocamos a sociedade civil para ficar aqui antes do almoço. **Conselheiro Alexandre** queria se saber se na parte da tarde haverá um momento para definir a pauta do Colóquio. A presidência esclarece que na forma regimental a Secretaria Executiva definira isso e enviara por e-mail. Nos três momentos de organização da Câmara Técnica, que são prioridades. **Conselheiro Alexandre** indaga a mesa sobre a possibilidade de fazer indicativos para o Colóquio. A presidência concorda. **Conselheiro Celito** sugere não decidir agora a escolha das Câmaras em virtude da realização do Colóquio. O Presidente interino esclarece que para o Colóquio as escolhas já devam estar feitas, até para uma melhor preparação para o evento.



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

Conselheiro Gilson pontua que à parte da tarde será prejudicada, caso não haja a suspensão para o almoço. A presidência sugere que no almoço os conselheiros possam se articular sem a presença da presidência e os procedimentos protocolares. Que a idéia é facilitar os segmentos para a decisão das Câmaras, por isso incentivamos a reunião por segmentos. Pausa para o almoço. **Conselheiro Marcos Costa** que a concepção das Câmaras Técnicas seja a exemplo da Comissão Eleitoral, isento e técnico. Trabalho é altamente vigoroso, com possibilidade impar de trazer opções para o Conselho. Não são todos que tem conhecimento sobre todos os temas. A Câmara permite o aprofundamento e crítica sobre estes temas. A presidência acredita profundamente no trabalho das Câmaras Técnicas. Outra questão composição da nossa Comissão de Ética, pauta que deve ser enfrentada ainda no início dos trabalhos. Pede que os conselheiros já se articulem para indicar um membro de cada segmentos para a composição desta comissão. **Conselheiro Marcos Costa** deixar claro nos relatórios das Câmaras os pontos de convergência e divergência para a Plenária visualizar o que foi discutido. O Presidente interino esclarece que as Câmaras serão instituídas por resoluções. Que nesta reunião iniciar a elaboração destas resoluções. **Conselheiro Marcos Dias:** sedimentar uma memória escrita. A presidência suspende a reunião até o horário de 13h30min para o almoço.

Tarde

14h14' Reinício dos Trabalhos. O Presidente interino reabre os trabalhos e informa que existem duas pautas a serem tratadas à tarde: as Câmaras Técnicas e a Comissão de Ética. **Conselheiro Tião** informa que a sociedade civil indica que o Conselheiro Almir e Conselheira Cynthia Luz como suplente componha a Comissão de Ética em nome desse segmento. **Conselheiro Bridi** informa que os trabalhadores indicam o Conselheiro Heder e Bridi para comporem como titular e suplente respectivamente. **Os Conselheiros Cel. Mariano e Nelson** se voluntariam para titular e suplente respectivamente para comporem essa comissão no segmento gestores. A mesa consulta o pleno sobre essa aprovação que aceita por unanimidade. A mesa pontua que os conselheiros verifiquem se estão contemplados nas modificações na ata da 7ª reunião. Conselheiro Marcos Dias sugere que a ata seja enviada com antecedência aos conselheiros. A mesa informa que a ata é enviada por e-mail. Que fez algumas interações, mas não sabe se foram agregadas. A mesa informa que as alterações estão em vermelho. **Conselheiro Tião** sugere que só se imprima a ata para os conselheiros. **Conselheiro Celito** reforça que a ata foi enviada por e-mail e não cabe imprimir a ata agora, pois será mais gasto de papel e não resolve o problema. Então insiste que permaneça da forma que sempre foi feita. **Conselheiro Marcos Dias** só lembra que pediu ontem a cópia e não recebeu, mas não que complicar o trâmite da reunião. Que diz que não obteve *feed-back* das alterações que ele solicitou. A mesa sugere que os conselheiros acompanhem suas alterações junto à Secretaria Executiva. Registra-se que a Secretaria Executiva não enviou a resposta ao Conselheiro Marcos Dias e sua cópia. A mesa consulta sobre a ata. Aprovada pelo pleno. Em seguida passa-se a aprovação das Câmaras Técnicas, ponto a ponto. **Conselheiro Marcos Costa** que apesar de não ter participado da reunião anterior, sente falta de alguma coisa que tem defendido no Conasp com conceito de sistema. Que parece que segurança pública está ligada as policias enquanto que segurança pública é algo muito maior. Que envolver instituições como penitenciário, judiciário e assim tudo mais. Nos títulos que indicam cada Câmara, não se consegue visualizar cada temática simbolizada relacionada a segurança pública. Que compreende que a primeira Câmara de instituições policiais faz sentido. Que passa uma mensagem importante por envolver o Judiciário, Ministério Público e demais órgãos. Que talvez na Câmara do Sistema Prisional e o Acesso a Justiça sugere colocar na Câmara de Sistema Prisional e o Acesso a Justiça, o nome de Sistema Judicial Criminal e o Acesso a Justiça. Que solicita se é possível fazer essa alteração. Entende que município é fundamental, se não for não tem problema. **Conselheiro Tião** sugere que se apresentem os grupos de participantes em cada Câmara e depois votem nesses grupos. **Conselheiro Elder** que concorda com a colocação do Conselheiro Marcos Costa. Que apesar de ter participado do momento que escolheu os nomes das Câmaras Técnicas, mas percebe que o Colóquio vai colocar melhor o tema e conteúdo e expertise da Câmara Temática. Que o Colóquio possibilita fazer a reflexão. **Conselheiro Celito** sugere que



cada entidade apresente a plenária sua posição sobre o representante nas Câmaras. **Conselheiro Nelson Constantino** sugere que após a apresentação, seja feito um sorteio para a escolha. **Conselheiro Bridi** solicita que se respeite a proporcionalidade da Câmara entre os segmentos e que depois que o segmento se reúna para decidir quem sai. A mesa reúne as três propostas e seus desdobramentos. Solicita que fiquem exibida apenas as 3 propostas. **Conselheiro Agadeilton** alerta para não se perder tempo com algo que pode não acontecer. Primeiro se candidatam depois se verifica se há mais gente. O Presidente interino anuncia que é de interesse do Conselho Mariano. **Conselheiro Jacine** alerta que o COSESP gostaria também de participar. **Conselheiro Cel. Mariano** pergunta se não se esclareceria primeiro quanto comporão a Câmara. O Presidente informa que não. **Conselheiro Cel. Mariano** que todos os gestores querem participar dessa Câmara. O Presidente interino informa que os gestores precisam rever esse segmento. **Conselheiro Tiao** pontua que tanto a sociedade civil quanto os trabalhadores fizeram o dever de casa de indicar seus representantes, os gestores devem fazer o mesmo. **Conselheiro Marcos Costa** reforça que a participação nas Câmaras é de representação do segmento. A mesa informa que já foi definida a representação de nas câmaras. Que isso foi definido antes da hora do almoço para que cada segmento se reunisse e relatassem nomes. **Conselheiro Nelson Constantino** sugere ser mais conveniente os gestores se reunirem agora. A mesa sugere que como não demanda decisão nesse processo, os gestores reunissem em outro local e apresentassem a relação após isso. **Conselheiro Nóbrega** solicita 5 ou 10 para os gestores apresentarem os nomes. **Conselheiro Nelson Constantino** pergunta se os gestores vão se reunir à parte para deliberar depois. **Conselheiro Bridi** questão de ordem de no mínimo 3 e máximo de 5 componentes de cada segmento. A mesa informa que o encaminhamento da Plenária foi diferente. **Conselheiro Hott** que não conhece a todos. Que facilitaria que fosse lançada a entidade e não o nome. Que conseguirá avaliar melhor e consulta se a Plenária concorda. A mesa informa que a Plenária autoriza os gestores se ausentarem em virtude de não deliberação neste momento e pergunta quem serão os conselheiros que indicará os conselheiros de seu segmento. **Conselheiro Agadeilton** diz que de acordo com o que foi decidido deveria ter no máximo 5 e mínimo 3, deveria se colocar “titulares: sociedade civil, mais a frente e abaixo de cada segmento colocar os nomes. **Conselheira Célia** que acha que foi feito o dever de casa e a Conselheira Cynthia Luz tem a relação. O Presidente interino passa a palavra para **Conselheira Cynthia Luz** que relata os nomes da primeira câmara: Cynthia Luz - MNDH, Célia Rique - GAJOP e Tião - Viva Rio. Para Câmara 2: Almir – Rede Desarma Brasil e Eliana - Rede da Maré. Para a 3ª – Tião - Viva Rio e Cynthia Ciarallo CFP, 4º para a 5º Helder - FONAJUNE, para a 6ª Alexandre - INESC e a 7ª está sem indicação por não poder indicar quem não está presente. A mesa informa que é interessante que a sociedade civil indique representante para a 7ª Câmara. **Conselheiro Alexandre** informa que não é possível porque a pessoa não está presente. **Cynthia Luz** indica o ISER, André Luiz. Os demais desse segmento aceitam. Ela se despede devido ao horário do vô. **Conselheira Raquel** pergunta se os suplentes serão feitas agora. O Presidente interino afirma que sim. **Conselheira Raquel** indica então para Câmara 3 Osmar Vargas – Viva Rio, Raquel - Observatório de Favelas e a suplente da Pastoral Carcerária, José Maria. Na câmara 4: Adriana do Conselho Federal de Psicologia, e Marta Almeida do Fórum de Juventude Negra - FONAJUNE. E na câmara 5: Manuel, suplente do GAJOP. Para concluir faltou o indicativo de Marcos Rezende do CEN dentre s titulares da 1ª câmara. **Conselheiro Bridi** – Câmara 1: Sá Ribas – AMEBRASIL; Gandra - COBRAPOL. Para câmara 2: Heder - ANSPRA e o cons. Benito Tiezzi da ADEPOL. Para câmara 3: cons. Sá Ribas - AMEBRASIL e Agadeilton - APCF. A mesa informa que os trabalhadores devem contemplar todos os segmentos. **Conselheiro Bridi** informa que só tem 8 representantes. Que estão com o mesmo problema dos gestores, assim solicitam suspensão da sessão por 5 minutos para resolver quem indicar. A Plenária concorda com a suspensão. Retorno dos trabalhos às 15h 30min’. Os gestores deliberam a composição da seguinte forma: Nelson – CNCPC, Luiz Carlos Nóbrega - DPF Cel. Mariano - CNCG; Câmara 3: Benedito Mariano - CNGM / Gilson - CONSENS e Cel. Mariano; Câmara 4: Wantuir Jacine - CONSESP, Cibele Kuss - FNOP; Câmara 5: Tereza - CONDEGE e Cibele FINOP; na Câmara 6: COSESP e DPRF/DPF. A mesa pontua que a metodologia do Conselho Tião que foi acatada é que passemos de Câmara a Câmara decidindo sua composição e a do Conselho Nelson é



por sorteio dos nomes que se escreveram em cada Câmara. **Conselheiro Tião** – Sua proposta a aceita que se faça por votação. **Conselheiro Nóbrega** sugere que seja feita a escolha por votação. Julga mais interessante dessa forma. A mesa consulta a Plenária sobre a possibilidade de votação entre as duas propostas: Sorteio ou votação. Sorteio – 1 voto. Votação mais de 5 votos. Assim, prossegue-se a votação das câmaras, começando pela Câmara: 1) Sistema de Segurança Pública e Instituições policiais. **Conselheiro Cel. Mariano** sugere que seja dada a oportunidade a cada entidade a possibilidade de defesa. **Conselheiro Alexandre** não sabe se a defesa dos que já saíram ficaria prejudicada. A mesa inicia pelos gestores candidatos a 1ª Câmara. A mesa informa que conforme o que foi vota o pela manhã, o no Max de componentes por Câmara é 5, assim caso não haja suplente a interpretação que a mesa faz é que se o titular tem direito a voto. **Conselheiro Hott** que seria possível então se ter até 4 suplentes. A mesa sistematiza o que será votado. **Conselheiro Cel. Mariano** reforça que está representando as polícias militares e corpos de bombeiro. Ressalta assim a importância dessa instituição na 1ª Câmara. **Conselheiro Nelson Constantino** justifica que da mesma forma a instituição da polícia civil é de fundamental importância nessa câmara. Que deve defender a participação do CONCPC **Conselheiro Nóbrega** alerta que das cadeiras presentes à câmara seria legítima que as preocupações e problemas da polícia federal é semelhante as da polícia civil. A mesa chama a votação. **Conselheiro Nóbrega** sugere que os três candidatos à câmara não votem por questão de ética. **Conselheiro Alexandre** acredita difícil escolher entre esses grupos, sugere então que nessa câmara permaneçam os três. A mesa pergunta se toda sociedade civil e gestores concordam que fiquem nessa câmara os três representantes dos gestores, visto que só há dois representantes das outras dois segmentos, totalizando 7 componentes. Assim, aprova-se os 7 nomes. Passa-se assim para a escolha dos suplentes. O Fórum de Juventude negra retira sua candidatura da suplência. **Conselheiro Agadeilton** diz que colocação de suplentes tem a mesma condição de titulares na câmara, mas são suplentes não votam por serem suplentes de suas entidades. A mesa indaga sobre a desnecessidade da saída da suplente Marta Almeida. **Conselheiro Gilson** votará apenas na Câmara 3. e na 1 o **Conselheiro Benedito Mariano** votando apenas na 3. A mesa passa então para votação da Câmara 2: Acompanhamento dos princípios e diretrizes da Conseg. Que estão sugeridos os Conselheiros Almir, Eliana Heder, Benito Tiezzi e falta um gestor. Que deverá haver um gestor. Foi votado pela manhã que o conselheiro titular ou suplente pode participar de no máximo duas Câmaras Técnicas. Que garanta a participação de todos os segmentos na Câmara. **Conselheiro Cel. Mariano** informa que não houver gestores interessados em participar dessa Câmara, mas se não houver objeção em participação dos titulares de mais de uma câmara. A mesa pede indicação dos presentes para a Câmara em questão. **Conselheiro Celito** sugere o nome Eliete para composição em nome dos gestores, apesar de pertencer a segmento diverso do dele. Que a Conselheira não está presente. Concordam os conselheiros. **Conselheiro José Neves** indica Ariovaldo da SINDAPEF para suplente da categoria trabalhadores. A mesa informa que Ariovaldo Toledo é Titular da SINDAPEF. Então se indica o suplente. A indicação de composição foi aprovada pelo pleno. Câmara 3: Segurança Municipal, Política Integrada de Prevenção e o Papel da Sociedade Civil. **Conselheiro Agadeilton** diz que o Conselheiro Celito entra na condição de suplente na categoria de trabalhadores. A presidência lembra que o Conselheiro Cel. Mariano não pode ficar na condição de titular, pois é suplente. O segmento atende a observação da mesa colocando o Conselheiro como suplente. O Presidente interino ressalta que a titularidade do Conselho é institucional e não pessoal, dessa forma, na falta do titular, o suplente assume suas prerrogativas. **Conselheiro Bridi** indaga se a entidade que é titular da cadeira, caso falte e o suplente precise assumir, como seria se este estando em outra Câmara, deverá se deslocar para a Câmara do titular. O Presidente esclarece que é regra do Conasp que a cadeira é da instituição, sendo permitido o suplente participar de outra câmara apenas como forma de organização. A presidência relembra a decisão da manhã: o suplente e titular podem participar de até 2 Câmaras garantida a presença dos 3 segmentos, sendo só o titular com direito a voto. **Conselheiro Gandra** pergunta sobre os casos de que o suplente substitua o titular com direito a voto, ficará prejudicada o debate na outra Câmara que ele pertença. Outra pergunta em relação aos casos em que o titular participe de 2 Câmaras, como se dará a votação. A presidência explica que para além da composição das câmaras pelos



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

titulares, encaixando os suplentes só para eles não ficarem perdidos nas próximas reuniões. **Conselheiro Heder** esclarece que na Câmara Temática que o suplente participe, quando o titular faltar em outra Câmara Técnica, o suplente fará a escolha qual Câmara ele vai participar, sem a possibilidade de transitar de uma para a outra. **Conselheiro Gandra** reforça que precisa se definir qual o suplente e titular de cada Câmara. **Conselheiro Gilson** solicita esclarecimento sobre os casos em que suplente e titular estiverem em câmaras diferentes, se o voto será apenas em uma Câmara. A presidência confirma que sim. **Conselheiro José Roberto Neves** confirma com a mesa sobre a possibilidade da mesma instituição participarem de duas Câmaras. **Conselheiro Cel. Mariano** que está com dúvida se na falta de seu titular falta ele como suplente na câmara do seu titular, ficando prejudicada a participação de sua instituição na Câmara que sua instituição participa como suplente. A presidência esclarece a dúvida do Conselheiro Cel. Mariano que na primeira Câmara o titular terá direito a voz e voto e na segunda Câmara será indicado o suplente. **Conselheiro Cel. Mariano** que somente o titular terá direito a voto. **Conselheiro Gilson** sugere que se coloque nas câmaras apenas o nome das instituições para diminuir confusões relativas a dupla participação da mesma instituição em câmaras diferentes. **Conselheiro Almir** explica que vindo os dois representantes da instituição, titular e suplente, só votará o titular na câmara que participe. Passando à Câmara 3: Na sociedade civil, Cynthia Ciarallo – CFP e Marcos Rezende - CEN, nos trabalhadores Simone – FENAPPI, e nos gestores Gilson – CNGM/CBM nos titulares. Dentre os suplentes, ficam Osmar – Viva Rio, Raquel – Observatório de Favelas, Everardo – Desarma Brasil, Maria José – Pastoral; Nos trabalhadores, Bridi – AMEBRASIL, o nos gestores Cel. Mariano – CNCG/CBM e DPF/DPRF. **Conselheiro Marcos Leôncio** reforça que no caso dos trabalhadores, é preciso se chegar a um entendimento em relação sobre qual câmara participará. Se não houver consenso, será preciso dividir o voto no momento da votação. **Conselheiro Marcos Costa** pontua que o Ministro deverá resolver isso. **Conselheiro Heder** diz que o problema é que tem mais conselheiros que cadeiras. Assim, a restrição de pessoas devem ser 10. **Conselheiro Marcos Leôncio** acredita que deve se chegar a um consenso entre os conselheiros que compartilham cadeira. **Conselheiro Marcos Dias** se há uma confusão aqui é por causa do decreto, mesmo sem querer culpar ninguém acredita que ele dificulta as deliberações. Que no momento da palavra e do voto em Câmaras diferentes não existe compartilhamento. Assim, ele acha que é preciso uma reunião extraordinária para resolver isso. **Conselheiro Marcos Costa** afirma que o Decreto fala que cada conselheiro titular terá seu suplente na sua falta o suplente o substituirá. Então a Portaria que fala em compartilhamento não tem amparo no Decreto. Assim, é importante se conversar com a Secretária Nacional para desfazer esse erro. Ele entende que há um vício na Portaria do Ministro. A mesa sugere prosseguir a votação da escolha dos representantes. Câmara 4: Sistema de Justiça e Acesso à Justiça. Na sociedade civil, Geraldo Wanderley - Pastoral Carcerária, nos trabalhadores Ariovaldo – SINDAPEF, e nos gestores Cibele Kuss – NOP/SDH. Suplentes: Conselheiro Marcos Leôncio se houver necessidade, os trabalhadores podem indicar suplentes. Cibele indica o Conselheiro Geovani – Conselho de Dirigentes das Perícias. Compõem ainda Marcos Costa – CNMP e Raquel – Observatório de Favelas. A mesa encaminha a votação que aprova a composição da Câmara. Passa-se a Câmara 5: Segurança Pública e Grupos discriminados. Sociedade civil, Elder – FONAJUNE, nos trabalhadores ninguém, nos gestores Conselheira Juliana Gomes – Secretaria Geral da Presidência. Nos suplentes: na sociedade civil – Dikota Djaganga - CEN, como trabalhadores Marcos Dias – FENAPRF. **Conselheira Cibele** avisa que Ministério da Justiça e Secretaria Geral Presidência da República podem continuar nessa Câmara. Conselheiro João Guilherme na Câmara sete e Conselheira Juliana Gomes da Presidência. **Conselheiro Agadeilton** lembra que tem um problema e deve ser resolvido pelo voto. **Conselheiro Marcos Costa** em relação aos trabalhadores, pois há o compromisso que cada um esteja representado em duas câmaras. Que não sabe se no segmento de gestor esteja faltando em alguma Câmara. **Conselheiro Bridi** diz que em virtude de só haver 8 titulares, ele propõe o sorteio entre Cobrapol e Amebrasil. Que não poder haver duas titularidades. **Conselheiro Celito** indaga se a representação no grupo não poderia ser pelo suplente. Que fala em representação. Que não sabe o que é mais violento, obrigar alguém a compor a Câmara ou o suplente deixar de votar se houver desempate. **Conselheiro Marcos Costa** pergunta se é possível indicar a Cobrapol. O Presidente informa



que o problema dos trabalhadores é que durante a candidatura um dos concorrentes não cumpriu os pré-requisitos exigidos. Assim ficou essa vaga em aberto, porque se decidiu que a falta de um candidato outro segmento não poderia assumir. **Conselheiro Gandra** alerta que o único interesse dos policiais civis é participar da câmara 1. Que só que uma vaga. Que se não puder participar da 1, vota mas ficará de fora. Fica registrado que se isso não é possível, eles ficarão de fora. A presidência esclarece que pelo encaminhamento há duas questões apresentadas: uma seria votação e a outra seria sorteio. **Conselheiro Marcos Costa** que talvez um encaminhamento na votação ao invés de ser sorteio e votação. Que em virtude da necessidade de atingir composição, permitiu-se a duplicidade de segmentos. Mesa diz que não seria justo com aqueles que se submeteram anteriormente nas outras Câmaras. Consulta a Plenária sobre a proposta. **Conselheiro Bridi** diz que não concorda com negociação com faca no pescoço. Ele concorda de passar a suplência da 1 Câmara, mas somente se ele indicar como seu suplente um chefe de polícia Militar. O Presidente interino alerta que isso é contra o Regimento. Assim, Sá Ribas fica como titular dos trabalhadores nessa Câmara, deixando a titularidade da Câmara 1 para a Cobrapol. **Conselheiro Agadeilton** avisa que a forma que o Conselheiro Gandra se colocou não foi a melhor forma de se resolver o conflito. **Conselheiro Marcos Rezende** elogia a posição do Conselheiro Bridi. **Conselheiro Gandra** justifica que a posição dele sempre será dessa forma porque ele não representa seu interesse pessoal, mas de toda uma categoria. É uma responsabilidade muito grande. Se eles como Conasp defendessem que ele não poderia ficar na 1ª Câmara, ele iria aceitar. Que defende o interesse intransigente dos trabalhadores de segurança pública. Quanto a Câmara 6: Políticas de segurança pública e financiamento. Composição aprovada pelo pleno. No entanto, eles nomeiam os suplentes, Domingues – Anaspra e Nelson – CONPC, João Guilherme – Ministério da Justiça como gestor. Quanto a câmara 7: Célia do GAJOP, Marcos Dias – FENAPRF, Paulo Abrão - MJ. Nos suplentes, como trabalhadores, Jaqueline – FENAPPI, Divianato – COBRAPOL, Celito – ABC, e André - ISER como sociedade civil. A mesa convoca o pleno para a aprovação da última Câmara. A mesa faz a leitura da composição de todas as Câmaras. **Conselheiro Elder** pergunta se o que os dois Nelsons não está em outra que não a 6ª câmara. **Conselheira Eliana** solicita impressão da lista definitiva da composição das Câmaras. A mesa confirma se há algum conselheiro que não foi encaminhado a nenhuma Câmara. **Conselheiro Hott** que a demanda da inclusão na terceira Câmara veio pelo DPF e que já havia previamente palavrado que o DPF iria frequentar a primeira e a terceira câmara. Que gostaria de confirmar com o DPF para saber se vai manter uma vez que o mesmo não está presente. A mesa sugere encaminhamento em caso de não consenso entre as duas corporações DPF e DPRF. **Conselheiro Alexandre** que em virtude do adiantado da hora e a Plenária está esvaziada quer fazer um indicativo. A mesa informa que pode ser nos informativos. **Conselheiro Marcos Leôncio** faz contato com o conselheiro do DPF. Que sugere que permaneça na mesma Câmara, ou seja, na Câmara 1 já que o Ministro fez esse compartilhamento e para que não se crie um constrangimento institucional, com voz e voto com consenso. **Conselheiro Marcos Dias** acredita que o Ministro da Justiça aglutinou essas duas corporações na mesma cadeira foi com objetivo de ele se aproximarem e dividirem o voto. **Conselheiro Almir** acredita que o bom senso é analisar como eles se comportam na plenária. Então num instancia menor seria razoável eles também compartilhem o voto na Câmara. **Conselheiro Agadeilton** diz que o problema é parecido com aquele entre COBRAPOL e AMEBRASIL então é aconselhável que deve estar cada um em uma Câmara. Se não houver consenso entre as duas, deve se fazer sorteio. **Conselheiro Nóbrega** decide compor só a Câmara 1, uma vez que não há consenso. A presidência sugere que devido ao princípio da simetria, deve se manter a mesma decisão. Conselheiro Marcos Leôncio com a sugestão de que as 2 instituições dividam o mesmo voto. Ele não ver melhor forma das instituições se entenderem. **Conselheira Cibele** aprovamos uma lógica de funcionamento que a DPF e DPRF não estão seguindo e precisam compreender. A mesa sumariza os dois encaminhamentos e consulta o pleno sobre o encaminhamento único ou é preciso votação. O pleno decide pela votação entre 2 opções: 1. Que seja contemplado o DPF e DPRF, ambos compartilhando o voto na câmara 2. A lógica da titularidade e suplência seja aplicada a todas entidades gestoras nas Câmaras Técnicas. **Conselheiro Marcos Leôncio** pergunta se o pleno vai decidir sobre o mesmo funcionamento que o Decreto define. A presidência explica que não e



consulta o pleno sobre a votação. O pleno decide por 5 votos contra 8 votos a segunda opção com 5 abstenções. **Conselheiro Agadeilton** considera que para evitar o constrangimento, seja sorteada a instituição que será titular. A Plenária aprova por 18 votos o sorteio com 2 abstenções. A secretária executiva procede ao sorteio entre as duas instituições. O titular será o DPF e suplente o DPRF. A partir dessa decisão, o da DPF gostaria de reformular o lugar de sua suplência, ficando agora na Câmara 6. A mesa passa ao momento de informes. Conselheiro Elder se relaciona à atividade do FENAVE que é o 2º Encontro Nacional de Juventude Negra que se manterá como tema principal desde o 1º. Assim, ele convida os conselheiros para representar o Conselho nesse encontro. **Conselheiro Agadeilton** o que fazer com o grupo de trabalho instituído no Conselho Provisório sobre a autonomia das perícias que foi instituído juntamente com outras instituições como Rose da OAB, Almir, Simone dentre outros, formando sete. Como dá continuidade ao trabalho do grupo visto que alguns conselheiros não permanecem aqui. O Conasp dará outra continuação a esse grupo. Ele não se sente à vontade para decidir isso só. **Conselheiro Marcos Dias** sugere que entre na pauta da próxima ordinária a decisão sobre o encaminhamento da composição desses grupos específicos visto que ele se encontra na mesma situação no que se refere ao debate sobre aposentadoria dos policiais. **Conselheiro Almir** agradece a todos que apoiaram o abaixo-assinado da campanha do desarmamento. E convidam a todos a conhecerem a cidade mais bonita depois da cidade de cada um. Agradece ainda o apoio a Paraíba como sede da próxima reunião. A mesa lembra que o apoio da Secretaria Executiva do Conasp é somente nas diárias e passagens. **Conselheiro Geraldo** informa que a Campanha da Fraternidade induziu uma cultura de paz inclusive nas escolas. Agora estão numa parte mais prática estalando um núcleo de mediação de conflitos em cada bairro. Estão com muitas parcerias a nível local. Reforça que é uma experiência que deu certo, e foi financiada inicialmente pela Cáritas Brasileira. **Conselheira Raquel** propõe de que o 1º dia do colóquio fosse voltado para o debate em conjunto e só no segundo dia fosse especificado para cada câmara. ENCAMINHAMENTO. **Cons. Cel. Mariano** encaminha como ponto de próxima reunião um debate sobre homicídios, drogas, lesão corporal no trânsito. **Conselheiro Bredi** oferece Santa Catarina para acolher a reunião de outubro. **Conselheira Célia** solicita que as atas cheguem acompanhadas da relação de cada conselheiro que falou na ata. A segunda solicitação é em relação a proposta da Raquel, que os grupos já cheguem com o debate amadurecido nos colóquios. Por fim agradece a oportunidade de participar desse conselho que tanto a ensina ENCAMINHAMENTO. **Conselheiro Marcos Rezende** pergunta sobre o encaminhamento dos crachás. A mesa explica que muitos conselheiros não mandaram fotos. **Conselheiro Celito** reforça a questão de que as mortes no trânsito são homicídios, daí a importância de se tratar essas mortes sempre como crime. Que apóia assim a proposta do conselheiro anterior. **Conselheiro Marcos Costa** considera a possibilidade de se gravar as reuniões para as atas. A mesa informa que a Secretaria Executiva Conasp está vinculada a uma ata a qual indicou uma empresa que apresentou um produto com péssima qualidade. Com isso, optou-se em frisar os pontos específicos passíveis de modificação. **Conselheiro Marcos Costa** se existe um pacto de redução de homicídios em construção na Senasp, é importante que o Conasp participe disso. A presidência informa que o momento do pacto é de oitiva e articulação do Governo Federal com os estados, ainda não é de elaboração. **Conselheiro Heder** sugere como índice de pauta da próxima reunião a discussão de alterar a legislação para extinguir o fim das penas restritivas de liberdade para policiais militares, conforme posto pela ANASPPRA. Questiona se é cabível inserir isso. Que em Minas Gerais, esta pena foi abolida em 2002; que no final do ano passado foi aprovada na ALEMGO uma lei estadual que versa sobre o assédio moral aos funcionários públicos; que foi inserido um artigo que possibilitava essas penas para o assédio cometido contra os policiais, mas o governador vetou retirando esta possibilidade para os policiais. **Conselheiro Marcos Rezende** contextualizar a história das carteirinhas quando ele foi o único barrado no Ministério da Justiça dentre seis pessoas não negras quando ele não estava trajando paletó. Foi colocado à Regina Miki e numa forma consensual isso foi acordado para solucionar problemas como esse. Além disso, foi sugerido que se tirasse a foto com qualquer máquina no momento da eleição de todos conselheiros. No entanto isso não foi feito. Considerando uma burocracia desnecessária do Ministério da Justiça, ele não considera esse procedimento nítido e transparente. Alega que em casos mais graves como



o cacique que foi preso e ele não pode comprovar que era conselheiro para intervir na defesa. Outra questão a criminalização dos povos indígenas. Após alguns índios recebem suas terras, recebem mandado de desocupação de terra porque o INCRA declarou deles, mas não foi emitido seu documento. Pede encaminhamento dessas questões que são muito importantes e não está tendo o devido tratamento. **Conselheiro Marcos Leôncio** que seja apresentado encaminhamento das estratégias da ENCLA. Reforça a manifestação do Conselheiro Marcos da necessidade de pactuarão dos estados em relação ao pacto republicano que não pode acontecer sem debater segurança pública e acesso a justiça; o pacto que a Senasp está elaborando porque é absurdo essas coisas acontecerem no âmbito do Ministério da Justiça e não contar com a participação do Conasp. ENCAMINHAMENTO. A mesa explica que a secretária já tomou algumas providências na sua nova gestão como o deslocamento do Pronasci para a S e a iniciativa desses pactos criando possibilidade de contribuir com essas questões. Da parte da mesa, gostaria de agradecer a atuação de todos e colaboração, consciência prepositiva. Chegando ao final da 9ª reunião, o conselho chega com satisfação com o enfrentamento das propostas. A Secretaria Executiva lê a lista dos que participaram como observadores. Assim, o presidente declara encerrada a reunião e convida todos para o *coffee break* servido do mezanino. Encerrada a cerimônia e desfeita a mesa, a 9ª Reunião Ordinária do Conasp por seu Presidente interino Agnaldo Augusto.